

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História

**Memorial de Atividades Acadêmicas (MAA) com a finalidade de Progressão
Funcional Vertical para a Classe E da Carreira do Magistério Superior (Professor
Titular) da Universidade Federal de Santa Catarina**

Candidato: Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado.

Florianópolis, junho de 2020.

Sumário:

Introdução	03
1.Formação acadêmica	04
2.Vínculos profissionais.	16
3.Atividades de Ensino de graduação	18
4.Atividades de Ensino de pós-graduação	24
5.Atividades de orientação	25
6.Atividades de pesquisa	36
7.Grupos de Pesquisa	43
8.O PET-História	45
9.Atividades de Extensão	47
10.Atividades Administrativas	49
11.Publicações	54
12.Atividades em Sociedades Científicas, Associações e Sindicatos.....	56
13.Anexos.....	57

Introdução

Este Memorial de Atividades Acadêmicas procura fazer o registro de minha trajetória acadêmica e profissional. Posso dizer que fui levado pelo destino por muitas mãos amigas. Fixei-me nos aspectos que julgo mais relevantes para minha formação acadêmica e profissional e nos resultados que fui obtendo ao longo dos anos. Tive especial cuidado em lembrar das professoras, professores, profissionais técnico-administrativos, profissionais de arquivos e instituições de memória, estudantes, colegas que muito me ajudaram e influenciaram neste caminho. O que se segue é, de certa forma, não apenas um registro para fins de progressão funcional, mas também um agradecimento pela sorte e felicidade em encontrar estas pessoas admiráveis e extraordinárias em minha vida.

Depois de mais de 40 anos de atividade profissional poderia me sentir tentado a construir uma biografia “com um sentido”, “uma direção construída” desde o início. Mas minha trajetória de trabalho é o resultado de um conjunto de casualidades e (felizes) coincidências. Sim, ao longo da trajetória é possível marcar algumas constantes, alguns focos, que foram muito mais o resultado de oportunidades e circunstâncias específicas do que fruto de um planejamento anterior.

Nos Anexos a este Memorial segue a digitalização de toda a documentação comprobatória das atividades relatadas.

O desafio de pensar sobre a própria vida profissional é um grande risco. Peço desculpas aos nomes ausentes, que certamente não foram pontuados neste memorial, uma vez que conheci e interagi com milhares pessoas. Registro também um especial agradecimento à Carla, minha esposa e companheira, que foi uma importante parceira nesta caminhada. De igual maneira, faço um grande agradecimento ao povo brasileiro que garantiu toda a minha formação e, com todas dificuldades, mantém as Universidades Públicas.

Florianópolis, 12 de junho de 2020.

Prof. Paulo Pinheiro Machado

Formação Acadêmica:

A Graduação:

Realizei meu curso de graduação em História (Licenciatura em História) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entre março de 1979 e julho de 1982. Os cursos de ciências humanas foram os primeiros a funcionar no Campus do Vale, local muito distante do centro da cidade, que obrigava uma permanência maior dentro do Campus. Por conta da dificuldade de transportes, acabava por passar o dia todo no Campus, cursando as disciplinas obrigatórias pelas manhãs, exercendo atividades de monitoria, pesquisa e adiantando outras disciplinas nas tardes e algumas noites, conseguindo concluir a graduação em três anos e meio.

Naquele período era predominante no meio acadêmico das ciências humanas uma forte influência do pensamento estruturalista. Textos de Maurice Godelier, Louis Althusser e outros autores influenciavam fortemente o ambiente universitário e o debate intelectual. O estruturalismo, associado a formas muito esquemáticas do materialismo histórico, influenciou fortemente minha geração. No entanto, mesmo neste ambiente intelectual, importantes noções de conjunto sobre a dinâmica histórica do ocidente europeu, particularmente no clássico debate sobre a transição do feudalismo ao capitalismo - através das leituras de Paul Sweezy, Baran, Leo Huberman, Takahachi, Maurice Dobb, Rodney Hilton, Pierre Villar, Eric Hobsbawm e outros – compreendi algumas mediações sobre o confronto de modelos ideais com as situações histórico-concretas. As experiências, mesmo que tímidas e iniciais, de pesquisa histórica vinham com um mundo à parte que não se enquadravam nas categorias dominantes.

No meu primeiro ano da graduação, em 1979, fui bolsista do Laboratório de Antropologia da UFRGS, coordenado pelas professoras Maria Noemi Britto e Cláudia Lee Williams Fonseca. Fui selecionado para esta bolsa depois de cursar a disciplina de Introdução à Antropologia, lecionada pela Profa. Cláudia. Neste local exerci as atividades de bolsista de trabalho e tinha entre minhas incumbências a organização da biblioteca do Laboratório, elaboração de um fichário de autores e a transcrição de gravações com agricultoras parceiras e meeiras do sul de Minas Gerais, pesquisa realizada pela Profa. Cláudia Fonseca. Desde ali o mundo rural exerceu certa atração e despertou minha curiosidade. Aprendi com a pesquisa da Professora Cláudia as diferenças entre o trabalho assalariado, a agregação, a meação e a parceria. A experiência de transcrição de áudios

foi preciosa, por ser demorada e trabalhosa, ajudou a aprender expressões rurais das populações do sul de Minas. Além disso, entendi que estas relações acontecem em diferentes combinações, com dinâmicas agropastoris distintas. Embora fossem todas relações sociais vigentes no meio rural capitalista, ficava difícil enquadrá-las como “modo de produção subordinado” ou “resquício de antigo modo de produção”, como era usual por parte de uma dominante sociologia rural da época. Lembro que uma frustração na transcrição se repetiu em outras experiências. A palavra viva do áudio, com o tom das vozes das pessoas, suas ênfases e suas características de sotaque, desapareciam completamente na transcrição.

O estudo da oralidade no curso de História era um tema tabu, alguns professores nos diziam que a atualidade ou o tempo recente deveriam ser objeto de estudo da sociologia, antropologia ou ciência política, não havia condições de “distanciamento crítico” se as paixões fossem muito próximas. Era uma situação estranha, pois já conhecíamos Marc Bloch e sua defesa de uma história do tempo presente.

No entanto, a realidade batia à nossa porta. A experiência da Ditadura Militar formou uma geração de intelectuais que refletia, ao mesmo tempo, sobre o colapso do populismo e sobre a vigência das ditaduras na América Latina. Meu curso de graduação da UFRGS felizmente sempre esteve muito conectado à literatura sociológica e historiográfica latino-americana. Autores como Sanchez-Vasquez, Rui Mauro Marini, Agustin Cueva, Jorge Graciarena e outros eram leituras obrigatórias e habituais em muitas disciplinas. Especial influência tive nesta formação nas disciplinas de Teoria e Metodologia da História, com a professora Sílvia Petersen, Helena Piccolo e de História da América, com as professoras Heloísa Jochims Reichel e Susana Bleil de Sousa. Na área de História Antiga, foram mestres muito estimulantes o Prof. Carlos Germano Sohny e Luiz Dario Teixeira Ribeiro.

Durante o segundo ano da graduação fui monitor da disciplina de História da América Colonial sob a orientação da professora Heloísa Reichel. A experiência da monitoria foi importante para aprender a preparar aulas e seminários, além de buscar leituras complementares de suporte aos estudantes da disciplina. Numa época em que a carga horária das disciplinas didático-pedagógicas era muito reduzida, a monitoria foi uma oportunidade importante para dominar um debate historiográfico sobre a construção e a crise do império colonial espanhol, no estudo das formas de trabalho compulsório indígena (*mita*, *encomienda*, e outras), no debate sobre o Antigo Regime, o “exclusivo colonial” e as formas de acumulação de riquezas.

No terceiro ano de graduação tive a experiência de pesquisa para o projeto da professora Susana Bleil de Sousa. Pesquisei em grande número de periódicos do final do século XIX e início do séc. XX sobre o comércio e o contrabando entre Brasil e Uruguai. A atividade de pesquisa revelou a existência de redes políticas e familiares que atuavam ao longo da fronteira brasileiro-uruguaia, particularmente nas localidades de Quaraí, Santana do Livramento, Aceguá\Bagé, Jaguarão e Santa Vitória do Palmar. Determinadas questões estruturais da infraestrutura de transportes do Rio Grande do Sul (como a debilidade da rede ferroviária e o estrangulamento do transporte de navios de grande porte na barra do Rio Grande) eram parte deste complexo processo que partia da escala local até às relações internacionais. Esta pesquisa ajudou na tese de doutorado da Profa. Susana, na Universidade de Paris III (Nanterre), sob a orientação de Frédéric Mauro, intitulada “*L’Uruguay et le Rio Grande do Sul: le commerce de transit et la contrabande*” (1995).

Outra parte marcante da formação foram as aulas com a Profa. Sandra Jatahy Pesavento, que lecionava História do Brasil e História do Rio Grande do Sul e nos colocava em contato com uma produção historiográfica mais recente, além de textos produzidos por ela mesma. Com Sandra Pesavento nossa turma foi apresentada às reflexões de Antônio Gramsci, que começava a ter obras traduzidas para o português naquela época.

Durante a graduação, por duas vezes fiz parte da diretoria do DAIU, o Diretório Acadêmico dos Institutos Unificados, entidade estudantil que reunia os cursos do IFCH (História, Ciências Sociais e Filosofia) e IEL (Letras e Tradutor). O movimento estudantil crescia desde 1977 com grandes atos de rua, pela Anistia, suplementação de verbas para as Universidades Federais, pela reconstrução de suas entidades gerais (UEE e UNE). Particularmente no campus do Vale, participamos de muitos movimentos de boicote ao transporte rodoviário, quando o DAIU imprimia “passes” para o ônibus, em protesto aos altos preços das passagens e pouco número de carros em serviço.

Por dois anos, fui representante discente junto ao Departamento de História, participando também na Comissão de Reforma do Currículo do Curso de História, que concluiu seus trabalhos em 1981. Em 1981 participei da fundação do Centro Acadêmico Livre de História, com o desmembramento do DAIU em CAs por cursos. Estas experiências políticas durante a graduação são aqui registradas pois considero-as como parte formativa de minha preparação profissional. Existia um ambiente exigente na política estudantil, que obrigava ao preparo para debates, análise de conjuntura, constantes intervenções em sala de aula, além de discursos em assembleias. Sentíamos a

Ditadura Militar recuar ao longo do governo Figueiredo e víamos o mundo como uma possibilidade aberta ao crescimento da luta pela democratização e pelo socialismo. As recentes independências das antigas colônias portuguesas na África, a Revolução Nicaraguense e as crises das Ditaduras no Cone Sul da América, nos enchiam de esperanças. Tínhamos uma ideia de futuro muito mais promissora do que atualmente.

No intervalo de aulas e turnos, com frequência estávamos no Bar do Antônio, no subsolo de nosso bloco de aulas, onde minha turma interagiu e debatia assuntos não esgotados em sala de aula. Tive longas porfias e debates com Edmundo Alencar, Nara Martins, Leo Pilcher, Lígia Ketzer, Lizete Kummer, Pedro Terra, Maria Stephanou, Maria Helena Pailó, Jorge Rosa Ribeiro (que foi trabalhar na área de História da Educação), Luís Augusto Fischer (hoje professor da UFRGS na área de Letras), Maia Sprandell (hoje Antropóloga do Senado Federal), Cláudia Wasserman, Helen Osório e Enrique Padrós (amigos e colegas que hoje são docentes do Departamento de História da UFRGS), Jussemar Weiss Gonçalves (hoje professor na FURG, de Rio Grande), Bárbara Giese (atualmente na UDESC) e Flávia de Mattos Mota (hoje antropóloga da UDESC). A eles e muitos outros colegas agradeço pela camaradagem e pela aprendizagem.

Durante o terceiro ano da graduação, além das disciplinas obrigatórias, cursei três Seminários de História da África lecionadas pela Professora Jane Aita Frachelli. Jane montou o programa dos Seminários com mais duas colegas de graduação, Elfried Wincker e Nara Martins, que ajudaram muito na escolha de textos para os seminários. Através das indicações de Nara Martins lemos a coleção inteira da História da África Negra, de Alfred Ki-Zerbo, além de autores nigerianos, argelinos e de outros países, que só chegavam a nós em língua espanhola ou inglesa. Através da Editora Codecri e de publicações da Trilateral tivemos acesso aos textos clássicos dos africanos Amilcar Cabral, Robert Mondlane, Albert Memmi, Agostinho Neto, Julius Nierere, Samora Machel. Além da crítica ao eurocentrismo, ponto de partida dos Seminários, realizamos uma importante aprendizagem da questão da negritude e da luta anticolonial no pós-guerra. Sem dúvida foi a melhor geração de políticos que a África produziu. Como produto destes Seminários escrevi uma monografia intitulada “A FRELIMO e a luta pela libertação de Moçambique”, um trabalho bibliográfico, tendo parte dela apresentada no XI Simpósio Nacional de História da ANPUH de João Pessoa, em 1981.

O mestrado:

No segundo semestre de 1982 fiz a seleção para o Mestrado em História na UNICAMP. Fui aprovado para a linha de pesquisa “Capitalismo e Agricultura” que naquela época era integrada pelos professores Peter Louis Eisenberg, José Roberto Amaral Lapa, León Pommer, Hector Hernan Bruit, Michael McDonald Hall, Jaime Pinsky e, a partir de 1984, Robert Slenes. Meu projeto inicial de mestrado foi uma gentil sugestão do Prof. José Vicente Tavares dos Santos, da Sociologia da UFRGS. Em sua pesquisa de doutorado que resultou no livro “Colonos do Vinho”, José Vicente teve contato com as histórias de Paco, e me passou indicações e matérias antigas de jornais que tratavam da ação deste bandido de origem espanhola (Francisco Sanchez) que atuava na região colonial da serra gaúcha. Era um caso clássico de “banditismo social” e assim tratado pela imprensa do período. O estudo procurava entender o processo político da Primeira República, a crise social no campo e as circunstâncias específicas da atuação de Paco.

A UNICAMP se recuperava de um conflito com o governo do Estado que havia promovido uma intervenção, destituindo Reitor e vários Diretores de Faculdades, durante o ano de 1981, que todos chamavam de “a Crise”. Os últimos anos do governo Maluf, que tinha reduzido brutalmente os recursos das Universidades Estaduais, sem respeitar seu estatuto de autonomia foi o estopim da Crise. As Ciências Humanas tinham uma Faculdade em formação, que funcionava num prédio em ponto mais alto do campus, onde hoje funciona a Faculdade de Economia, que naquela época era só um Departamento.

O Curso de mestrado se organizava em 4 anos, sendo 2 iniciais de disciplinas a serem cursadas. Entre elas, havia um eixo de cursos obrigatórios que, durante 3 semestres, resultavam na leitura debatida dos três livros d’O Capital, de Marx. Os Seminários Marx foram lecionados pela professora Déa Ribeiro Fenelon. Foi uma experiência muito importante, já que debatíamos o texto d’O Capital com sua recepção no Brasil, além de debater e criticar diferentes seguidores deste clássico. Com o prof. Ítalo Tronca começamos a ler Edward Thompson (na tradução espanhola de *Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase*) tornando-se uma novidade muito impactante e influente sobre minha geração. Foi muito marcante um curso de historiografia brasileira oferecido pelo Prof. José Roberto do Amaral Lapa, sua experiência e conhecimento foram fundamentais para um processo formativo mais amplo, não restrito aos objetivos do projeto de mestrado. O Prof. Amaral Lapa debateu conosco temas que iam desde a economia

colonial, até a história social da região de Campinas, onde ele já concentrava sua pesquisa. Com o Prof. Peter Eisenberg fizemos disciplina da Linha de Pesquisa e de Seminário de Dissertação. Peter era um professor muito dedicado a seus alunos, lia nossos rascunhos com muito interesse e dedicação, frequentemente indicando outras leituras e fontes para nossos projetos. Tive a felicidade de tê-lo como meu primeiro orientador.

Além do curso na UNICAMP, tive a oportunidade de conviver com colegas da república estudantil na rua Riachuelo, no Bairro do Bosque dos Jequitibás, no centro de Campinas. Agradeço muito o convívio e a interlocução de Denise Bothman (mais tarde, tradutora de Edward Thompson), Lucinha (Maria Lúcia Lamounier, estudiosa da imigração para as lavouras de café, hoje professora da UNESP), Ana Lúcia Duarte Lanna (atualmente profa. da FAU-USP), Andreas Doeswijk (atualmente na Universidade de Neuquén), Álvaro (da Sociologia e seu possante fusca) e José Pedro Antunes (atualmente prof. na UNESP-Araraquara). Nosso sobrado, além de ser um local de agradável moradia, era um ambiente de constante debate teórico e historiográfico. Em alguns momentos, colegas de turma como Sidnei Munhoz e Durval Muniz de Albuquerque Júnior, também participaram destes verdadeiros saraus.

Por três semestres cursei também disciplinas optativas de Sociologia Rural, lecionadas pela brilhante Professora Maria Nazareth de Baudel Wanderley. Ao longo destes cursos realizamos leituras de autores clássicos e modernos sobre o campesinato e sua vida dentro das sociedades capitalistas, aprofundamos o debate sobre as condições de vida e reprodução do campesinato existente, relação dos agricultores com a agroindústria e vários debates sobre a campesinidade. Nos familiarizamos com autores que naquela oportunidade eram muito lidos como Jerzi Tepicht, Henri Mendras, Afrânio Garcia, Lygia Sigaud, Octávio Guilherme Velho, José de Souza Martins, Bernardo Sorj, Moacir Palmeira, José Graziano da Silva e outros, além de um reexame dos clássicos, como Karl Kautsky e Alexander Chayanov.

Outra experiência importante no mestrado, foi o curso com a Profa. Maria Sílvia Carvalho Franco, que era baseado em leituras de clássicos greco-romanos, algo muito longe de nossos interesses imediatos, mas que rendeu importantes reflexões sobre as raízes do pensamento ocidental. Recebi bolsa do CNPQ nos dois anos iniciais do curso e depois, a partir de 1985, comecei a trabalhar em vários estabelecimentos de ensino levando paralelamente o trabalho de pesquisa para a dissertação.

Ao longo do curso de mestrado, como tive dificuldades de deslocamento para pesquisa na região serrana rio-grandense, acabei por mudar o projeto de dissertação e me

concentrei no estudo da formação das colônias de imigrantes italianos na serra durante no século XIX. Ao longo dos anos de 1987 e 88 me foquei no estudo da política de colonização do Império, particularmente na década de 1870. Em 1988, quando estava com um rascunho da dissertação para qualificação, fui informado na morte repentina e prematura de meu orientador, o Prof. Peter Eisenberg, que tinha 47 anos.

Em substituição ao Prof. Eisenberg, o Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP indicou como orientador da minha dissertação o Prof. Robert Wayne Slenes. Slenes me orientou em parceria com Michael M. Hall. Com os dois professores aprendi muito. Foram grandes mestres formativos, pois além das indicações bibliográficas, debatiam os temas de pesquisa em profundidade, ensinando a explorar diferentes aspectos dos resultados de pesquisa. Slenes me alertou para respeitar as evidências de pesquisa e o cuidado na leitura das fontes. Hall me indicou importante literatura sobre a crise agrária e a grande emigração italiana no século XIX.

Minha dissertação de mestrado foi defendida com o título “Colonizar para atrair: a montagem da estrutura Imperial de colonização no Rio Grande do Sul (1845-1880)” aprovada com distinção em junho de 1996 em banca composta pelos professores Robert Slenes, Maria Nazareth Baudel Wanderley e Michael McDonald Hall, sendo publicada como livro com o título “A política de Colonização do Império” (Ed. UFRGS, 1999).

O Doutorado:

Em 1997 iniciei o curso de Doutorado na UNICAMP com um projeto de investigação sobre as lideranças sertanejas no movimento do Contestado. Desde que comecei a trabalhar na UFSC, em 1987, senti a necessidade de me concentrar na pesquisa em algum tema mais diretamente ligado ao estado de Santa Catarina. A ideia quase automática era continuar no novo estado o estudo sobre as políticas de colonização. No entanto, desde o mestrado, ainda sob influência do primeiro orientador, Prof. Peter Louis Eisenberg, senti necessidade de entender o papel social e a presença histórica de alguns setores sociais “esquecidos”, como os homens livres pobres, aqueles que eram apenas chamados de “nacionais” pelas fontes do século XIX. No meio rural, tratava-se de estudar grande número de posseiros, sitiante independentes, meeiros, parceiros e peões, negros, indígenas e mestiços, que sempre tiveram presença marcante no sul do Brasil. O movimento do Contestado, por ser muito desconhecido, representava um desafio a mais.

Pela primeira vez, tive condições de me dedicar integralmente ao curso, sendo afastado por 4 anos das atividades docentes, recebendo bolsa do PICD da CAPES.

No curso de doutorado fui integrado à Linha de Pesquisa de História Social do Trabalho, que organizava seminários periódicos coordenados pelos professores Cláudio Batalha e Michael Hall. Além dos seminários e disciplinas destes professores citados, cursei disciplinas com a Profa. Maria Clementina Pereira da Cunha (Micro História e Biografias), além de cursos de leituras com as Profas. Célia Marinho Azevedo e Sílvia Hunold Lara. Durante o doutorado, entre 1997 e 2001, vi nascer o CECULT (Centro de Pesquisa em História Social da Cultura da UNICAMP) e participei de alguns eventos que este importante núcleo acadêmico organizou junto com o Museu Edgard Leuenroth.

A tônica dos debates intelectuais naquele período estava focada, pelo menos em minha Linha de Pesquisa, na crítica às teses da pós-modernidade (tão em voga nas décadas de 1980 e 1990) e numa recuperação de uma História onde os sujeitos participavam e disputavam seus projetos. É o período de retomada das leituras de Thompson e outros autores da historiografia do trabalho inglesa, como Hobsbawm e George Rudé, os estudos de Raymond Williams, além do estudo de obras dos autores ligados à micro história italiana, como Carlo Ginzburg, Edoardo Grendi e Giovanni Levi. Travamos o debate sobre importantes autores brasileiros, como José Sérgio Leite Lopes, João José Reis, Ângela de Castro Gomes, Sidney Chalhoub, Flávio Gomes e muitos outros. Embora minha linha de pesquisa fosse majoritariamente focada no estudo do trabalho urbano e o CECULT com muitos pesquisadores ligados ao estudo da escravidão, a participação nestes meios possibilitou um razoável apuro teórico-metodológico que foi muito influente em minha formação.

Entre meus colegas de doutorado e de Linha de pesquisa surgiu o embrião do futuro GT dos Mundos do Trabalho, grupo organizado dentro da ANPUH-Brasil, com grande atuação e que promove eventos internacionais muito relevantes (os Seminários Internacionais de História do Trabalho) além de manter a Revista Mundos do Trabalho. Paulo Fontes, Alexandre Fortes, Fernando Teixeira da Silva, Norberto Ferreras e Luigi Negro foram habituais debatedores de nossa Linha. Com o amigo Álvaro Pereira do Nascimento muito aprendi sobre os marinheiros e seu movimento contra a chibata. O colega Henrique Espada Lima, apesar de não ser de minha turma, também compunha esse grupo. Mesmo possuindo temas de interesse diversificados, penso que compartilhávamos da mesma “estrutura de sentimentos” nos debates historiográficos. O GT, criado no início dos anos 2000 acabou por adotar, ao longo de suas publicações, eventos e mesas, uma

postura de diluição dos muros historiográficos que separavam em dicotomias artificiais o trabalho livre\escravo, rural\urbano e feminino\masculino.

Na pesquisa de doutorado me fixei em organizar e trocar informações com uma inicialmente pequena comunidade de pesquisadores. Desde 1996 passei a ter contatos com Rogério Rosa Rodrigues, Márcia Janete Espig e Delmir José Valentini, que trataram de colocar o Contestado como tema de suas dissertações e teses. Foi o início de uma parceria frutífera, que foi crescendo com a participação de novos pesquisadores e nossos orientandos, em Simpósios Temáticos dos Encontros da ANPUH e outros eventos, que se consolidou em 2011 com a oficialização de nosso Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado, no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPQ. Desde então foram já realizados 1 jornada e 5 Simpósios Nacionais sobre o Contestado, tendo os primeiros eventos aproveitado o momento do centenário, a partir de 2012.

A tese de doutorado foi defendida em dezembro de 2001, com o título “Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado”, sendo aprovada com distinção e louvor pela banca examinadora composta pelos professores Cláudio Batalha (orientador), Michael M. Hall (UNICAMP), Marli Auras (UFSC), Emília Pietrafesa de Godói e Fernando Antônio Lourenço (UNICAMP). Depois de um processo de seleção de teses para publicação, a tese foi editada e publicada como livro em 2004 com o título “Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)” (CECULT\Ed. UNICAMP).

O pós-Doutorado:

Durante o ano de 2010 estive afastado das atividades de docência para a realização do estágio pós-doutoral. O projeto de estágio foi dividido em dois momentos. No primeiro semestre do ano fui recebido pelo Departamento de História Moderna e Contemporânea da Universidade Autônoma de Barcelona, sob a supervisão do Prof. Dr. Jordi Figuerola i Garreta, com bolsa concedida pela CAPES. No segundo semestre de 2010 estive realizando o estágio pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, RJ, sob a supervisão da Profa. Márcia Maria Menendes Motta, com bolsa concedida pelo Programa REUNI.

Em Barcelona meu estágio se desenvolveu através de um estudo comparativo da Segunda Guerra Carlista com o movimento do Contestado. Sendo uma guerra de origem dinástica ocorrida na década de 1840, a Segunda Guerra Carlista (1846-1849) colocou

em movimento um campesinato inicialmente tutelado pela Igreja, na defesa de um representante absolutista ao trono espanhol, Carlos de Bourbón, irmão do falecido Rei Fernando VII de Bourbón, como uma defesa de modelo de Estado de Antigo Regime. Dentro da estrutura do Antigo Regime determinadas comunidades camponesas tinham a proteção sobre o acesso a terras e pastagens comuns, além do direito aos “*fueros*”, autonomias locais e municipais que diminuía bastante a carga da tributação e do recrutamento militar. Arrastados à guerra por uma parcela do Clero e da Nobreza, os camponeses superaram seus antigos vínculos paternalistas e passaram a impor seus desejos e necessidades. A representante do Monarquismo Constitucional e Liberal, Maria Cristina de Bourbon, filha do Rei Fernando VII e sobrinha do rival ao Trono, defendia uma legislação universal com a abolição dos “*fueros*” e autonomias, o aumento da tributação do campesinato e a defesa do avanço dos terratenentes sobre as terras dos camponeses, o fim das terras de uso comum. Ao correr do conflito, os grandes proprietários e o alto clero acabaram por capitular aos Constitucionais e os camponeses mantiveram-se praticamente sós contra a Regente Maria Cristina. Em 1848, estes camponeses aproximaram-se das camadas populares urbanas que se rebelaram, acompanhando os levantes gerais daquele ano.

A Segunda Guerra Carlista tem semelhanças grandes com o movimento do Contestado por causa do processo de radicalização do campesinato que, mesmo com um discurso tradicional do Antigo Regime, defendendo uma Santa Religião e a Monarquia, na prática estavam lutando por seus interesses e direitos costumeiros contra um processo de modernização excludente e expropriador, vindo do alto. O estudo do Carlismo também é importante para avaliar a experiência bélica anterior deste campesinato, que se envolveu em guerrilhas na Guerra da Independência (1808-1814) a luta contra a ocupação francesa da Espanha (tal como os camponeses do Contestado, vinham com as experiências bélicas da Revolução Federalista). Em que pese os diferentes contextos e circunstâncias, o estudo da Segunda Guerra Carlista proporcionou uma série de reflexões sobre o comportamento político do campesinato, o bandoleirismo, as consequências das desmobilizações de exércitos e a experiência militar dos camponeses.

No estágio pós-doutoral na Espanha foi de grande importância a participação em eventos promovidos pela Sociedade Espanhola de História Agrária, com a reunião de pesquisadores de História Agrária da península ibérica e de vários países da América Latina, além de conhecer a obra e de interagir diretamente com a pesquisadora Rosa Congost (da Universidade de Girona), uma das principais autoridades mundiais em

história da propriedade agrária. Em junho de 2010, tive a felicidade de entrevistar o historiador Josep Fontana, quando ainda atendia estudantes e pesquisadores em seu “bunker do conhecimento” na Universidade Pompeu Fabra (entrevista publicada na Revista *Mundos do Trabalho*, vol. 3, n. 5, 2011). A partir de Barcelona foi possível também minha agregação a eventos que aconteceram na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, organizado pelo Prof. José Eduardo Cardoso e na Universidade de Paris, através do CRIMIC (*Centre de Recherches Interdisciplinaires sur les Mondes Iberiques Contemporaines*), coordenado pelo Prof. Michel Ralle. Palestras, mesas redondas e seminários foram ocasiões importantes para a interação com estes pesquisadores. Como consequência institucional desta relação, um Termo Aditivo da área de História foi firmado dentro do Convênio existente entre a UFSC e a Universitat Autònoma de Barcelona, e outro Termo entre a UFSC e a Universidade de Paris IV (Sorbonne).

No segundo semestre de 2010, o estágio pós-doutoral aconteceu na Universidade Federal Fluminense. As atividades se concentraram principalmente na área da pesquisa em acervos do Rio de Janeiro. No Arquivo Nacional foram digitalizados documentos sobre a ocupação do planalto paranaense e catarinense durante a segunda metade do século XIX. Foram fotografados mais de 10 mil documentos do Ministério da Agricultura (Minutas, ofícios, telegramas e Relatórios das Colônias de Imigrantes, Aldeamentos indígenas e Inspetoria de Terras e Colonização, Termos de Contrato e Juramentos de Agrimensores), do Ministério da Guerra (Minutas, telegramas e relatórios de deslocamentos de tropas no Planalto, Toldos Indígenas, Colônias Militares e doação de terras a Voluntários da Pátria). Na Biblioteca Nacional foram lidas e fichadas determinadas obras raras, além da digitalização de mapas da fronteira sul do Império. No Arquivo Histórico do Exército foram digitalizados documentos de unidades militares envolvidas na Guerra do Contestado, como o 54º. Batalhão de Caçadores e o 11º. Regimento de Infantaria, estes documentos estavam no arquivo geral, no subsolo do prédio do Palácio Duque de Caxias, sede do Comando Militar Leste. No Arquivo Histórico do Itamarati foi digitalizada toda a documentação da Missão Rio Branco aos Estados Unidos, entre 1892 e 1895, quando se trabalhou no levantamento de documentos, mapas e argumentos em favor do Brasil sobre a disputa territorial com a República Argentina conhecida como Questão de Palmas, então sob arbitragem do Presidente norte-americano Grover Cleveland. No Arquivo do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas foram consultados e fichados documentos do Fundo Fernando Setembrino de Carvalho. No

Arquivo e na Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foram digitalizados e fichados mais de 700 documentos do Fundo do Marechal José Bernardino Borman (ex-Diretor da Colônia Militar de Chapecó).

Toda esta documentação digitalizada foi instalada nos computadores do Laboratório de História Social da Cultura e do Trabalho, na UFSC, e tem sido fichada e analisada por mim e por meus orientandos de Iniciação Científica, de TCC, de mestrado, doutorado e estagiários de pós-doutorados. A documentação também fica à disposição de todos os pesquisadores interessados, de dentro ou de fora da UFSC.

Na UFF participei de seminários, eventos científicos e bancas de defesa de tese. Importante e perene relação se construiu com os pesquisadores do Núcleo de História Rural, coordenado pela Profa. Márcia Motta. O Núcleo de História Rural é o embrião do atual INCT Proprietas, sediado na UFF, do qual também faço parte. Durante este semestre foi também possível participar em eventos, bancas e seminários na UFRJ (do Largo de São Francisco e da Praia Vermelha), na UNIRIO, na UFRRJ, na UERJ e na PUC-RJ.

Vínculos Profissionais

Minha primeira experiência profissional foi lecionar do Curso Cristo Redentor, um curso preparatório para alunos adultos que faziam as provas de Supletivo de 1º. e 2º. Graus, preparadas pela Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Lecionava aulas de História e Geografia. Comecei a trabalhar em abril de 1979 de forma contínua até dezembro de 1982. Retornei para lecionar no primeiro semestre de 1985, depois de cursar as disciplinas do Mestrado na UNICAMP. Eram turmas grandes, variavam de 80 a 100 alunos.

De março a julho de 1985 lecionei a disciplina de História Econômica Geral para o Curso de Graduação em Economia da Fundação Alto-Taquari de Ensino Superior (FATES, atualmente UNIVATES), na cidade de Lajeado, RS. Neste mesmo semestre lecionei História para as turmas de 6ª., 7ª. e 8ª. séries dos Grupos Escolares Minuano e Tolentino Lopes, no Município de Viamão, RS.

De julho de 1985 a julho de 1987, trabalhei como professor do quadro permanente (40h) da Faculdade de Filosofia, nas Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul (FISC, atualmente UNISC), no Município de Santa Cruz do Sul, RS. Na FISC fui professor do Curso de História regular (de março a junho e de agosto a dezembro) e professor nos Cursos de Férias (graduação oferecida de forma intensiva e presencial para professores das redes municipais e estaduais nos meses de julho, janeiro e fevereiro). Na FISC, em que pese a grande quantidade de aulas, consegui adiantar a pesquisa para o mestrado com o fichamento de Relatórios e Fallas dos Presidentes de Província do Rio Grande do Sul, que estavam disponíveis no Centro de Documentação em formação, coordenado pelo prof. Jorge Luís da Cunha. Em Santa Cruz tive colegas solidários e com desprendimento, que participaram de um importante movimento de democratização daquela Instituição, com a conquista das eleições diretas para as chefias acadêmicas e administrativas, participação de estudantes e funcionários nos Conselhos e a abertura das contas da Instituição, que era Comunitária, para a fiscalização pública. Guardo ótimas lembranças dos colegas e parceiros de luta Luís Augusto Campis, Wilson Kniphoff da Cruz, Maria Hoppe Kipper, Terezinha Klafke, Valter Freitas, Virgínia Etges, Maria del Carmen Perez Granell, Caco Baptista, Ane Braun e Suzana Guerra Albornoz.

No ano de 1986, fiz Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor Auxiliar de Ensino na UFSC, na área de História Contemporânea, sendo aprovado. Em julho de 1987, fui chamado pelo Departamento de História da UFSC e

tomei posse no mesmo mês, em regime de Dedicção Exclusiva, rompendo assim o vínculo com a FISC e passando a residir em Florianópolis.

Na UFSC lecionei disciplinas para os cursos de História, Ciências Sociais, Geografia e Economia. Desde 1995 tenho me dedicado exclusivamente ao Curso de História. A partir de 2002 me credenciei como professor do Programa de Pós-Graduação de História da UFSC.

Atividades de Ensino de Graduação

Em Santa Cruz do Sul, na FISC, tínhamos um Departamento com poucos professores do quadro permanente e alguns horistas. Nossa carga de ensino era normalmente muito alta, variando entre 18 a 20 horas\aula por semana. Durante os dois anos de atividade lectionei História Antiga, História da América Colonial e História do Brasil (Colônia, Império e República). Para vários cursos de graduação lectionei a disciplina de EPB (Estudos de Problemas Brasileiros).

A disciplina de EPB era uma criação política da Ditadura, com o objetivo de ser doutrinária, nas ementas e programas era previsto o estudo da realidade brasileira. Como cada plano de ensino podia ser elaborado dentro do escopo da ementa, lectionei nesta disciplina empregando conteúdos de História do Brasil Contemporâneo (1945-1985). Resultou em uma disciplina crítica à Ditadura Militar, baseada em abundante bibliografia, que já era disponível naquela época. Estudávamos a política no pós-1945, os Governos Dutra e Vargas, a crise que levou ao suicídio de Vargas, o Governo JK, a Revolução Cubana e seu impacto na América Latina, a eleição de Jânio e sua renúncia, a Campanha da Legalidade, o crescimento do movimento sindical e camponês, as Reformas de Base, o Golpe de 1964 e os Atos Institucionais dos Generais Castello Branco, Costa e Silva e da Junta Militar, o projeto de desenvolvimento da Ditadura, o AI-5, os Governos Médici e Geisel. Como vivíamos o Governo Sarney, que se apresentava como parte da redemocratização, tínhamos muita liberdade para mexer no programa da disciplina. No entanto, esta disciplina existiu ainda em muitas Universidades até 1993 ou 1994, tanto pela inércia dos currículos quanto pela defesa aferrada por parte de alguns saudosos da Ditadura.

Nos primeiros anos de atividade na UFSC também tive uma carga didática elevada. Lecionava História Contemporânea e História das Ideias Econômicas para o Curso de História (matutino e vespertino) e História do Pensamento Econômico e História Econômica Geral (matutino e noturno) para o Curso de Economia.

Os programas das disciplinas de História das Ideias Econômicas e História do Pensamento Econômico eram semelhantes, só mudavam os cursos a que eram oferecidas, mas foi meu principal desafio, pois tive que estudar muitos autores desconhecidos de minha graduação, como os economistas clássicos e neoclássicos. Ao longo dos semestres fui dominando melhor esta disciplina, com as leituras mais aprofundadas dos clássicos da economia política, como os Fisiocratas – Quesnay e Turgot – os clássicos ingleses Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus, os utilitaristas, como Jeremy Benthan e John

Stuart Mill. Minhas leituras de Karl Marx foram colocadas em prática, expondo sua crítica à economia clássica e o pensamento neoclássico de Alfred Marshall. O programa se completava com autores do séc. XIX, como Rudolf Hilferding, Friedrich Hayek, Ludwig Von Mises e John Maynard Keynes. O programa do curso compreendia não apenas o estudo da teoria econômica elaborada por cada autor, mas uma contextualização do período histórico de sua formulação. Com o tempo, incluí alguns textos novos, como “A economia moral da multidão inglesa, séc. XVIII” de Edward Thompson, importante para que os estudantes de economia tivessem uma percepção histórica da construção da noção de mercado livre, e o “Espírito do Capitalismo” de Max Weber, que contextualiza o impacto da Reforma Religiosa na origem do Capitalismo. Para o curso de Economia, lecionei essa disciplina por 6 anos.

Na disciplina de História Econômica Geral, oferecida para cursos externos ao Departamento de História, o programa básico desenvolvido era da baixa Idade Média à Segunda Guerra Mundial. Era uma disciplina mais panorâmica, onde se iniciava com o debate sobre as distintas abordagens sobre a transição do feudalismo ao capitalismo, a expansão europeia do Mercantilismo, a Revolução Industrial e o novo colonialismo, o Imperialismo Contemporâneo, os Monopólios, a crise de 1929 e a Depressão. Fiz vários planos de ensino que evidenciavam a diversidade de processos históricos de formação do capitalismo, procurando entender os casos de desenvolvimento tardio e não europeu.

Na disciplina de História Contemporânea, além das aulas expositivas, procurava realizar seminários com textos de Eric Hobsbawm (A Era das Revoluções e A Era dos Impérios) e Barrington Moore Jr (As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia), Friedrich Engels (A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra), Arno Mayer (A Força da Tradição), Leandro Konder (Introdução ao Fascismo) e Antony Beevor (A Segunda Guerra Mundial).

A partir de 1992 começamos a implantar um novo currículo da graduação da UFSC e passei também a lecionar a disciplina de Teoria e Metodologia da História II (TMH II). Como na nova grade curricular o curso era organizado por blocos de disciplinas, cronologicamente escalonadas, tendo uma Teoria e Metodologia que correspondia a cada bloco. A TMH II tratava do nascimento da História, como área de conhecimento, entre os gregos e seus desdobramentos durante o período helenístico e romano. No programa da disciplina eram separados capítulos dos autores clássicos (traduzidos para o português) como Heródoto, Tucídides, Políbio, Tito Lívio, Suetônio, Cornélio Tácito, Flávio Josepho e Amiano Marcelino. Era uma espécie de estudo da

historiografia, debatendo o contexto vivido por cada autor, as concepções de história, sua relação com as fontes e as teses predominantes sobre o destino na História.

Durante muitos semestres fiz intensas leituras de Heródoto, Tucídides, Políbio, Tito Lívio e Cornélio Tácito, leituras que passaram a fazer parte marcante de minha formação. Acompanhei alguns Encontros Nacionais da SBEC (Sociedade Brasileira dos Estudos Clássicos) que, na década de 1990, era uma das poucas entidades que promoviam eventos exclusivos sobre o mundo Antigo (reunindo historiadores, antropólogos, filósofos, cientistas políticos, estudiosos de línguas e literaturas antigas). A SBEC continua existindo, mas hoje há uma dezena de entidades nacionais especializadas no debate acadêmico no mundo Antigo. Não tenho dúvidas em defender que Tucídides é um dos maiores historiadores de todos os tempos. Sua seriedade e honestidade intelectual são impactantes. Seu compromisso com o regime democrático ateniense é marcante. A busca por conhecer o comportamento humano e as críticas às versões fantasiosas e à falta de pesquisa por determinados cronistas, faz deste ateniense um intelectual raro mesmo dentro do ambiente cultural no qual foi formado. Políbio, apesar de ser um defensor da oligarquia e de fazer uma apologia exagerada à constituição política romana, é um investigador perspicaz, coloca a questão da sorte\destino nas mãos dos homens e de suas construções políticas, vê a história muito além de um país ou região, defende uma noção de totalidade e movimento em conjunto que era absolutamente inovadora em sua época. Claro que além dos autores antigos, buscava socorro em autores contemporâneos que estudavam a antiguidade e sua historiografia, como Moses Finley, Arnaldo Momigliano, Luciano Canfora, Santo Mazzarino e Paul Veyne. Por mais de 10 anos lecionei esta disciplina para as segundas fases do curso de História.

Desde 1995 leciono a disciplina de História do Brasil Monárquico (na época História do Brasil II). Ao longo dos anos fui revezando a titularidade nesta disciplina com a Profa. Beatriz Mamigonian. Os conteúdos desta disciplina compreendem o processo de Independência (da chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro à Abdicação de Pedro I), o Período Regencial e seus conflitos, a Maioridade e a estabilização do processo político, a sociedade brasileira durante o século XIX, a questão indígena, a questão da emancipação escrava, o crescimento econômico durante o segundo Reinado, os conflitos no Prata e a Guerra do Paraguai, a crise e queda do Império.

Ao longo dos anos a literatura utilizada em História do Brasil Monárquico com os alunos (da quinta fase no currículo que vigorou até 2007 e na quarta fase no currículo mais recente) foi se renovando, intercalando autores clássicos, como Sérgio Buarque de

Holanda, Nelson Werneck Sodré, Raimundo Faoro, Caio Prado Júnior, José Murilo de Carvalho, Manuela Carneiro da Cunha, Evaldo Cabral de Mello e Maria Odila Dias com autores mais recentes, como Robert Slenes, Sidney Chalhoub, Sandra Graham, Gladys Sabina Ribeiro, Márcia Motta, James Holston, Hendrik Kraay, Ângela Alonso, Keila Grinberg, Fábio Faria Mendes e Francisco Doratioto. Ao longo dos semestres houve um crescente aprofundamento na história social, com o estudo das populações tuteladas (libertandos, ingênuos, africanos livres, recrutas) que estavam sujeitas ao trabalho compulsório e castigos corporais.

A disciplina de Brasil Monárquico incorporou os estudos dos conflitos com o emprego da força armada, tanto da Guarda Nacional como do Exército e Marinha, uma nova historiografia militar, muito centrada numa história social do recrutamento forçado e suas consequências sociais e políticas. O debate sobre o processo de independência política, renovado com a nova historiografia inaugurada com o texto de Maria Odila Dias (“A interiorização da Metrópole”) em 1972, levanta questões fundamentais para se entender a formação do Estado Nacional no Brasil e a permanência da presença lusitana nos trópicos. Os estudos mais recentes sobre as rebeliões ocorridas durante o Período Regencial foram vistos à luz de lutas sociais regionais e de diferentes projetos de Estado (e distintas formas de apropriação do Federalismo), superando as antigas visões defendidas pelos historiadores ligados ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, frequentemente porta-vozes da centralização *Saquarema*, que identificavam as rebeliões regenciais como “separatistas”. No estudo do movimento abolicionista, é importante destacar e distinguir a diferença entre o Abolicionismo “do alto”, liderado por políticos conservadores e liberais, frequentemente preocupados com o manejo paternalista do Fundo de Emancipação das Províncias e o Abolicionismo “de baixo”, formado pela agência dos escravizados e apoio de outros trabalhadores pobres como jangadeiros e ferroviários, principalmente no estímulo final às fugas em massa, que levaram o sistema ao colapso entre 1887 e 88. Um importante momento da disciplina são textos de Miriam Moreira Leite fazendo uma apresentação e um balanço crítico sobre a literatura de viajantes, demarcando a relevância e os limites destes relatos para a compreensão da história da sociedade brasileira no século XIX.

A disciplina de História do Brasil Monárquico também possui 12h\aulas como Parte de Componente Curricular. Neste espaço são desenvolvidas oficinas de pesquisa e ensino, sobre temas escolhidos no início do semestre, com o uso de fontes primárias,

como Relatórios Ministeriais, de Presidentes de Província, textos literários, iconografia e outros.

Desde 2008 tenho lecionado para as turmas de calouros a disciplina de Introdução aos Estudos Históricos. Trata-se de uma apresentação do curso de História e das primeiras noções de teorias e metodologias da História. A cada semestre é um grande desafio. Especial atenção é dedicada às práticas de leitura e fichamento de textos de autores fundamentais para a história da historiografia. Procurei viabilizar o contato dos calouros diretamente com autores clássicos, evitando o uso de manuais e de autores de divulgação e intérpretes de segunda mão. Ao longo da disciplina, além de aulas expositivas sobre diferentes correntes e escolas historiográficas, os alunos leem e ficham textos de Marilena Chauí (“O Século de Péricles”, para debater o ambiente intelectual grego do século V a. C.), Plutarco (“Vida de Tibério Graco”, para entender como este grego estruturou uma biografia), Marc Bloch (“Apologia da História ou o Ofício do Historiador”, livro completo, para ter uma reflexão abrangente sobre o conceito de História, a problematização de questões, a crítica a fontes e testemunhos, além de refletir sobre a narrativa histórica), Carlo Ginzburg (“Lorenzo Valla e a doação de Constantino”, para analisar a importância do exame de textos e das práticas de retórica adotadas por Valla e as diferentes percepções sobre o papel da prova no discurso persuasivo), Karl Marx (“A Acumulação Primitiva do Capital”, capítulo histórico muito relevante de O Capital, para se debater a abordagem teórica e metodológica do filósofo alemão), Eric Hobsbawm (“A História de Baixo para Cima”, para se analisar as características da nova corrente historiográfica, sua reflexão sobre fontes, problemática e as dificuldades, o papel da imaginação e vantagens de construção de um modelo explicativo), Michel Foucault (Capítulo 1 de “Vigiar e Punir”, para entender a abordagem de estudo dos diferentes regimes penais – do Antigo Regime e Contemporâneo – como diferentes caminhos de construção da “verdade”, debate importante sobre a condição do saber, ligada ao poder), Josep Fontana (Entrevista à Revista Mundos do Trabalho, pela importância da experiência de um notável historiador), Franz Fanon (capítulo final do livro “Os Condenados da Terra”, para uma discussão sobre o racismo e o colonialismo moderno à partir das margens do sistema, por um autor fundador de importante visão crítica ao colonialismo e ao eurocentrismo). Alguns destes textos são objeto de resenhas, para que os estudantes também comecem a se habituar com uma redação crítica e uma leitura mais analítica dos autores. A carga de leituras e fichamentos da disciplina era maior, mas fui diminuindo em quantidade os textos, para que fosse possível um aproveitamento

qualitativo mais intenso de cada autor. A leitura implica no aprendizado de diferentes camadas, na identificação da argumentação principal dos autores, dos exemplos empregados, das fontes utilizadas, as abordagens teóricas e metodológicas e das informações extra textuais importantes, sobre a vida e o contexto político e cultural dos autores.

Por alguns semestres lecionei a disciplina de Tópico Especial sobre a Guerra Sertaneja do Contestado, onde procuro reunir autores clássicos e a historiografia mais recente sobre este importante conflito social, o qual me especializei desde o doutorado. É um importante momento para se estudar os cronistas militares, também chamados “Historiadores de Farda” (uma feliz definição do colega Rogério Rosa Rodrigues, da UDESC), as contribuições de Maria Isaura Pereira de Queiroz, o texto fundante de Maurício Vinhas de Queiroz (a maior pesquisa empírica e belíssima narrativa sobre a tragédia do Contestado), a investigação sobre os monges de Oswaldo Rodrigues Cabral e a fundação de uma nova percepção do mundo sertanejo, despojado dos preconceitos do “fanatismo” e da “anormalidade” predominante da literatura anterior. O estudo se completa com as contribuições recentes de Marli Auras, Nilson Thomé, Todd Diacon, Ivone Gallo, Márcia Espig, Delmir Valentini e outros autores mais recentes. Nesta disciplina há um bloco especial de análise da filmografia sobre o Contestado, além de uma oficina de fontes onde os alunos realizam pequenas monografias sobre temas específicos, utilizando fontes primárias.

Atividades de Ensino de Pós-Graduação:

Ao longo dos 18 anos que atuo no Programa de Pós-Graduação em História, como professor credenciado, ofereci disciplinas no escopo de minha linha de pesquisa, na área de História Social do Trabalho (a Linha teve mudanças de denominação até chegar ao atual formato História Global do Trabalho). Durante alguns semestres lecionei, ora individualmente, outras vezes dividindo com colegas da linha, a disciplina de “Movimentos Sociais e Experiências”. Esta disciplina tinha uma parte formativa inicial na História Social Inglesa, com textos de Edward Thompson, George Rudé, Eric Hobsbawm, depois se distribuía entre estudos mais recentes sobre escravidão, trabalho urbano e campesinato, cumprindo um dos objetivos de nossa Linha, que defende a diluição das fronteiras entre o rural e o urbano, e entre o trabalho “livre” e o “escravo”.

Em outros semestres coube a mim lecionar a disciplina de Seminário de Linha de Pesquisa, onde além de algumas leituras de suporte aos alunos matriculados, mais voltadas aos seus projetos, a disciplina da Linha também cumpriu (e cumpre) o importante papel de debate entre todos os seus membros (professores e estudantes) incluindo bolsistas de Iniciação Científica, onde minutas e rascunhos de artigos e capítulos de livros a serem publicados por professores passavam por uma leitura e debate por parte de todos os integrantes. Capítulos de dissertações e teses de nossos estudantes foram também debatidos em seminários da Linha. Pesquisadores visitantes com frequência debateram seus textos em nossa Linha. Isto ajudou a criar uma cultura de debate coletivo e contribuiu para a formação mais integral de nossos alunos, sendo, na prática, todos os professores da linha, de certa forma coorientadores de cada mestrando ou doutorando.

Outra disciplina que já foi lecionada algumas vezes foi Tópicos Especiais sobre História do Campesinato (ultimamente passou a se denominar História Global do Campesinato). Esta disciplina foca seus estudos na recuperação da discussão clássica sobre a natureza do campesinato e suas formas de sobrevivência e recriação no capitalismo. Na história brasileira é realizado um debate sobre o campesinato no período colonial, o campesinato negro e quilombola, a função dos aldeamentos indígenas e o debate sobre “populações tradicionais”. Além dos estudos sobre o campesinato europeu, foram empregados textos sobre o campesinato contemporâneo na América Latina e na África.

Atividades de Orientação:

Ao longo dos 33 anos de atividade docente na UFSC, concluí a orientação dos seguintes trabalhos:

- **61** (sessenta e uma) monografias de Conclusão de Curso de Graduação;
- **15** (quinze) orientações de Iniciação Científica (sendo algumas em mais de um ano);
- **25** (vinte e cinco) orientandos bolsistas do PET-História, entre 2003 e 2006.
- **2** (duas) orientações de Monografias de Curso de Especialização Latu-senso;
- **20** (vinte) orientandos de mestrado;
- **6** (seis) orientandos de doutorado;
- **3** (três) supervisões de pós-doutorado;

Seria muito extenso detalhar cada orientação realizada, mas gostaria de destacar alguns trabalhos que considero marcantes, pela relevância acadêmica das teses e seus impactos sociais. Com todos meus orientandos aprendi muito, especial destaque gostaria de registrar entre os doutores e mestres titulados. Para a graduação e em certa medida até o mestrado, orientei trabalhos ligados ao mundo rural e aos mundos do trabalho. No doutorado centrei minhas atividades de orientação mais especializada em estudos do meio rural e das fronteiras agropastoris e dos movimentos sociais rurais, como o movimento do Contestado.

Almir Antônio de Souza foi meu primeiro orientando de doutorado. Sua pesquisa centrou-se na análise da correspondência do Governo da Província de São Paulo com autoridades da 5ª. Comarca (futura Província do Paraná), além de outras fontes, na formação dos aldeamentos e fortins de Guarapuava e Palmas. As duas localidades foram pontos importantes de irradiação da ocupação do oeste do planalto meridional. Com a tese de Almir aprendemos diferentes aspectos da política oficial de atração de lideranças de Coroados (atuais Kaingang), na formação de Aldeamentos e Toldos subsidiados pelas autoridades oficiais para a militarização de grupos indígenas aliados. Para o Estado, era uma forma encontrada para se operar naquele território, enquanto para os indígenas atraídos, era uma forma de garantia de posse sobre alguns territórios além dos auxílios e armas recebidos. A consolidação da ocupação destas localidades viabilizou, a partir da década de 1840 a nova rota de tropas conhecida como “Estrada das Missões”, que diminuía em um mês o tempo de viagem em relação às antigas rotas que ligavam o Rio

Grande a São Paulo. A tese de Almir foi publicada em livro intitulado “Armas, pólvora e chumbo”.

Marcus Vinícius da Costa foi outra orientação de doutorado marcante. A pesquisa de Marcus Vinícius centrou-se nas relações fronteiriças entre habitantes de São Borja, no Rio Grande do Sul e de Santo Tomé, Província de Corrientes, Argentina. As duas cidades são vizinhas, apenas divididas pelo Rio Uruguai e a investigação de Marcus Vinícius inventariou as relações comerciais legais e de contrabando, além das alianças políticas e familiares entre proprietários das duas margens do rio. Neste caso, a fronteira foi local muito mais de união do que propriamente de separação. O doutorando identificou estratégias de auxílio mútuo, exílio e apoio militar informal nos diferentes conflitos políticos e militares, nos quais as duas cidades se envolveram em suas respectivas Províncias, com especial destaque aos episódios sangrentos da Revolução Federalista (1893-95).

Alexandre Assis Tomporoski foi meu orientando de mestrado e doutorado e centrou sua trajetória de pesquisa no estudo dos trabalhadores da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, empresa criada pelo Grupo Farqhar, subsidiária da *Brazil Railway Company* (que havia assumido a concessão da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande) com sua sede em Três Barras, onde construiu a maior serraria do país, em 1911. Durante o mestrado Alexandre estudou as formas e relações de trabalho no abate de toras e na serraria da Lumber, procurando estudar as antigas práticas agrícolas e as transformações do trabalho com o assalariamento destes trabalhadores da região. Foram investigadas três greves de trabalhadores da empresa (1917, 1919 e 1925) onde boa parte das demandas era por melhoria de condições de trabalho e conflitos provenientes de insuficiente indenização por acidentes de trabalho. No doutorado, Alexandre continuou investigando a história da empresa até sua estatização em 1940 e extinção em 1950, com as repercussões de sua ação no território do planalto norte catarinense.

Alexandre Tomporoski continua participando de muitos projetos em comum por ser membro da coordenação de nosso Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado (Do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPQ). Atualmente ele é professor do Departamento de Sociologia da Universidade do Contestado, Campus Canoinhas e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional desta mesma Instituição.

Carlos Perrone Jobim Jr trabalhou em cima dos arquivos particulares do soldado Isidoro Virgílio, praça do exército que lutou na Revolução Federalista, no Rio Grande do

Sul, e na Campanha contra Canudos, na Bahia, deixando seu relato pessoal em dezenas de cadernetas manuscritas. Depois de viver estes episódios, Isidoro trabalhou como padeiro no Rio de Janeiro, quando ocorreu a Revolta da Vacina (1904) e como marinheiro mercante do Lloyd Brasileiro, em navio que foi torpedeado por submarino alemão no mar do Caribe, em 1942. O estudo foi uma importante análise de uma escrita de si, algo raro por ser feito por um indivíduo proveniente das classes populares, possibilitando averiguar sua visão sobre a política brasileira, o exército, a vida urbana e os conflitos sociais nestes momentos marcantes da história republicana. Interessante foi também avaliar as relações do texto com diferentes “guardiões” até chegar às mãos de Carlos Jobim.

Viviani Poyer foi outra doutoranda a desenvolver tema de pesquisa relativo ao movimento do Contestado. Seu projeto centrou-se no estudo das repercussões internacionais da Guerra do Contestado, consultando expressiva e abundante documentação de imprensa, de imigração e do Arquivo Histórico do Itamaraty. Dois episódios foram o centro mais intenso da pesquisa: o caso Kulak (1908) e o massacre do Iguaçu (1914). O primeiro episódio aconteceu antes da Guerra do Contestado, quando a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande estava construindo seu ramal em direção ao leste, ao Porto de São Francisco e um colono alemão, Kulak, não aceitou a indenização proposta pela Companhia, e dinamitou uma ponte e postes de telégrafo. Além disso, Kulak enviou correspondência para a Alemanha e denunciou o desamparo de imigrantes alemães no Brasil frente à sanha devoradora da *Brazil Railway Company*, que não queria pagar a justa indenização pelas terras desapropriadas do colono para fins da construção da estrada de ferro. O caso foi muito delicado e envolveu uma difícil mediação por parte do Ministro das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco e do Governador de Santa Catarina. Outro caso estudado foi o massacre de 18 pequenos comerciantes no vale do rio Iguaçu, acusados de abastecer os sertanejos rebeldes.

O massacre foi realizado por forças civis, vaqueanos do Coronel Fabrício Vieira, a serviço do exército. 14 dos mortos eram estrangeiros de diferentes nacionalidades. Na oportunidade o Ministro das Relações Exteriores Lauro Müller fez a mediação, que redundou na indenização de algumas famílias destes imigrantes. A tese de Viviani permitiu avaliar as repercussões políticas internacionais de um movimento que foi muito pouco conhecido pelo Brasil na época em que ocorreu. Atualmente Viviani encontra-se em estágio pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF, com bolsa da FAPERJ e integrando o INCT-Proprietas.

Cristina Dallanora elaborou sua tese de doutorado investigando o pós-Contestado. Levantou dados e analisou os conflitos ocorridos nos levantes de 1917 e 1922, em torno do Estado das Missões, e os conflitos de 1924 e 1927 pela conexão de chefias locais ao movimento nacional dos Tenentes e o bandoleirismo do grupo de Fabrício Vieira. A pesquisa revelou uma fronteira instável, onde os governos apoiavam-se em grupos militarizados de chefes políticos locais, frequentemente envolvidos em contrabando de erva mate e nos conflitos de Estados vizinhos, como no Rio Grande do Sul, fazendo com que esta região de fronteira fosse ainda uma região onde os órgãos e funções regulares de Estado, como Justiça, Tributação, titulação de terras e recrutamento militar funcionassem de forma extremamente frágil. Importante percepção de diferentes escalas (micro, regional e nacional) de conflitos foi identificada por Cristina.

Entre os mestrados que acompanhei, alguns foram na condição de co-orientador, são os casos de Katiuscia Maria Lazarin (orientanda de Cristina Scheibe Wolff), que estudou a historiografia do Contestado; Liane Chipolino Aseff (orientanda de Valmir Muraro) que investigou a vida urbana e noturna nas cidades da fronteira de Livramento e Rivera; Giovanni Noceti Viana (orientando de Adriano Luiz Duarte), que estudou as milícias juvenis integralistas em Santa Catarina e Isabel C. Heinz (orientanda de Henrique Espada Lima Filho), que pesquisou a criminalização do aborto a partir do Código Penal da República (1890).

Meu primeiro orientando de mestrado a defender a dissertação foi Gustavo Marangoni Costa. O estudo de Gustavo se concentrou nos conflitos e disputas do poder local no município de Laguna no período anterior e durante a República Juliana (1839). Gustavo consultou significativa documentação do Arquivo Público de Santa Catarina, como correspondência, Relatórios, cartas de Juizes de Paz e da Câmara Municipal, além de documentos dos acervos Farroupilhas do Rio Grande do Sul. A dissertação revelou um complexo jogo político entre os farroupilhas rio-grandenses e seus aliados e simpatizantes de Santa Catarina, além de problemas provocados pelo recrutamento militar forçado e a adesão aos rebeldes de forças baianas aquarteladas ao sul da Ilha de Santa Catarina. Dúvidas, contradições e hesitações do projeto rebelde ficaram evidentes no estacionamento das tropas republicanas por longo tempo na Vila de Laguna, o que propiciou desgastes políticos locais e viabilizou a reação das forças Imperiais.

Janaína Santos de Macedo redigiu sua dissertação de mestrado analisando os campos de concentração de Santa Catarina entre 1943 e 1945. Consultando os arquivos policiais do Estado Novo e o Fundo documental Lara Ribas, Janaína estudou o perfil

social e as formas de captura e prisão de alemães suspeitos de espionarem para o Regime Nazista ou construírem o Partido Nazista no Estado. A pesquisa revelou que o número de nazistas presos foi relativamente pequeno, sendo a maioria dos aprisionados imigrantes recém-chegados, sem vínculos comunitários e\ou familiares que pudessem garantir uma espécie de proteção contra a ação das autoridades policiais.

Victoria Gambetta da Silva foi minha orientanda de graduação e de mestrado. Focou seus estudos na formação da Juventude Universitária Católica (monografia de Graduação) e na Juventude Operária Católica em Santa Catarina (mestrado), estudando a atuação destes grupos desde o início dos anos 1960 e no imediato pós-golpe de 1964. Levantando debates na imprensa, jornais, documentos clandestinos e entrevistas com antigos participantes, realizou um trabalho importante para avaliar as transformações da Igreja Católica e da ação leiga durante o Concílio Vaticano II e demonstrar o ambiente político da luta operária e estudantil antes e depois da Ditadura Militar em Santa Catarina e como depois a Ação Popular formou-se a partir destes núcleos.

Marlon Gonsales Aseff empreendeu o estudo da fronteira brasileiro-uruguaia durante a Ditadura Militar e analisou um conjunto de episódios de exílio nas passagens entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai), cidades gêmeas separadas por uma avenida e uma praça. O local foi intenso centro de vigilância dos órgãos de segurança de Estado, o que não inibiu o uso da rota para o exílio e o retorno ao país de diferentes lideranças opositoras, desde os grupos guerrilheiros, até de sindicalistas e opositores parlamentares. Redes de solidariedade de Rivera ofereceram inclusive infraestrutura econômica, em forma de recursos, empregos e oportunidade de negócios para exilados brasileiros. A partir de 1973 o que ocorre é um trânsito inverso, com um crescente número de políticos uruguaiois de esquerda rumando à Livramento para fugir da intensa repressão que se seguiu com a implantação da Ditadura no Uruguai. A pesquisa mostrou como redes antigas, formadas por laços familiares, comerciais e políticos, entre os dois lados da divisa, representavam uma espécie de “cultura política da fronteira”, que impunha práticas e lógicas de solidariedade e foram acionadas para salvar vidas, receber exilados e conduzir pessoas em passagem para outros países. A dissertação de Marlon foi publicada no livro “Retratos do Exílio”.

Gustavo Perez Lemos foi meu orientando de graduação e mestrado. Sua dissertação tratou do estudo da formação e atuação do sindicato de mineiros de Criciúma e região. A pesquisa relata os insalubres e violentos processos de trabalho e o estudo desde as primeiras greves no início dos anos 1950 até a intensificação do movimento

sindical nos anos que precederam ao Golpe de 1964. Ao longo da pesquisa, que contou com o levantamento de entrevistas e depoimentos orais, Gustavo analisa as práticas sindicais de comunistas e trabalhistas e a relação destes militantes com o conjunto da categoria mineira e a população de Criciúma. A dissertação revelou que determinadas práticas de periodização e estigmatização de épocas do movimento operário não podem ser reificadas. A fase da história sindical conhecida como “pelega” teve momentos importantes de organização e luta operária e a fase considerada como “combativa” foi também recheada de acordos por cima, envolvendo parlamentares e ministros, que poderiam influir no preço do carvão adquirido pela CSN, repercutindo assim em toda a cadeia produtiva até chegar aos salários dos trabalhadores.

André Luiz Rosa realizou sua dissertação sobre a introdução do Futebol no Porto de Itajaí e a construção de times operários formados por trabalhadores locais. A pesquisa em grande medida acompanha o consenso sobre como o Futebol iniciou com as camadas ricas da população e foi sendo apropriado por setores populares e operários. Na história do Porto de Itajaí esta experiência foi mais precoce e mais entranhada com a luta sindical dos estivadores. A dissertação realiza um importante debate entre o esporte e as lutas políticas e sociais.

Diego Pacheco pesquisou a organização e atuação dos Grupos dos Onze em Santa Catarina. Realizando uma pesquisa muito original, Diego levantou a significativa documentação (impressa e de entrevistas orais) e analisou o perfil político e social dos participantes destas organizações chamadas a se auto-organizar pelo Deputado Leonel Brizola, em campanha pela Rádio Mayrink Veiga (que era escutada em todo o país), na conjuntura de 1963 e 64. A pesquisa revelou a organização de Grupos em vários municípios do Estado, mesmo em locais onde o PTB não possuía muita força. O espectro político e social de seus integrantes era razoavelmente diversificado. A dissertação foi publicada em livro.

Adelson André Bruggemann realizou seu mestrado sobre a Colônia Militar de Santa Tereza. Localizada a meio caminho entre Desterro e Lages, a Colônia tinha como finalidade a regularização do caminho entre o planalto e o litoral, dar combate aos indígenas botocudos (hoje denominados Xokleng-Laclanô), que ocupavam originalmente a encosta da serra e realizar obras de manutenção da estrada para a circulação de tropas de mulas e gado bovino. Outra função da Colônia era a abertura de uma vanguarda de ocupação para que os imigrantes europeus, já presentes nas regiões próximas à Capital, seguissem em direção à subida da serra, para a consolidação da ocupação deste território.

Os colonos-soldados eram indivíduos recolhidos de Batalhões da Capital, já anteriormente recrutados a força, que seriam destinados a formar os núcleos iniciais desta Colônia. Desta forma, os integrantes desta colônia eram originalmente nacionais e negros (como a maioria do efetivo das forças armadas naquela época) que obrigatoriamente tinham que prestar 4 dias de trabalho por semana em obras públicas e na atividade militar da Colônia, sendo os outros 3 dias destinados ao trabalho em seu lote como colono. Formou-se uma espécie de “campesinato compulsório” onde os indivíduos que melhor conseguiam subsistir eram os casados, pelo fato de disporem de mulheres e crianças para o trabalho de subsistência em suas roças. Duas décadas após sua criação, a Colônia foi emancipada, tendo a colonização europeia atingido seu território e o caminho da serra já regularizado.

André Luiz Zanotto realizou sua pesquisa de mestrado sobre o impacto da Peste Suína Africana sobre Santa Catarina, entre 1979 e 1985. O estudo considerou as medidas de força realizadas pela Ditadura Militar, associada à agroindústria de suínos e a fiscalização sanitária do Estado. Tendo sido diagnosticado apenas em Maracambi, Rio de Janeiro, a repressão à peste suína em Santa Catarina não teve suporte de exames laboratoriais, mas apenas pela sintomatologia dos animais. Isto resultou num conjunto de medidas extremamente violentas sobre a criação independente e sobre o campesinato pobre, que teve seus animais capturados e mortos pela Polícia Militar do Estado, sem possibilidade de indenização. Ao final do processo se identificou o aumento proporcional muito grande de sitiantes e pequenos criadores integrados à agroindústria suína, e mudança de raças do rebanho e o combate à alimentação por lavagens e à criação urbana e suburbana de suínos. O que se chamou depois de “modernização da suinocultura” representou uma política violenta e excludente sobre a população pobre. O estudo das formas e medidas como são tratadas as doenças e epidemias é uma parte de destaque desta investigação. A dissertação recupera os impactos políticos dessas medidas e o debate que ocorria na época entre veterinários, Prefeitos e demais autoridades públicas.

Janaína Neves Maciel foi minha orientanda de iniciação científica, de monografia de graduação e de mestrado (encontrando-se agora no Curso de Doutorado). Seu trabalho de mestrado centrou-se na política de terras durante o período da Primeira República em Santa Catarina, particularmente no Município de Lages. Sua investigação encontrou conflitos entre criadores e agricultores (principalmente durante os invernos) quando o gado saía dos campos, secos e calcinados pelas geadas, e adentrava às matas em busca de um pouco de pasto, o que, às vezes, destruía roças de agricultores pobres. Apesar do

conhecido domínio da grande propriedade nesta região, Janaína estudou número significativo de processos de regularização fundiária promovidos por agricultores pobres (muitos analfabetos), principalmente nas regiões mais a oeste do Município e no vale do rio Canoas. A existência de um campesinato nacional, em grande medida negro, no início da República, revela aspecto relevante, que dialoga com experiências semelhantes em outros Estados da Federação.

Mariana Deschamps fez uma importante dissertação sobre os primeiros anos da Colônia Blumenau. Lutando contra uma historiografia laudatória, branca, teuto-centrada e baseada na glorificação e heroicização destes personagens idealizados, a pesquisadora recuperou os problemas, dificuldades e conflitos de pessoas de carne e osso, que viviam em uma Colônia muito pobre, dependiam de auxílios oficiais – inclusive antes da estatização da Colônia, em 1860. A pesquisa de Mariana revelou conflitos entre colonos e administração, problemas de convivência com indígenas, estratégias de sobrevivência em secas e inundações e o uso do trabalho assalariado temporário em obras públicas. Seu trabalho mostra um núcleo colonial pobre lutando com muitas dificuldades para sua simples subsistência.

Éder Martins realizou uma investigação de corte biográfico sobre José Garcia, um personagem importante da esquerda de Santa Catarina, militante do PCBR e um dos fundadores do PT na região do Vale do Itajaí. A pesquisa de Eder revela, através da trajetória pessoal de Garcia, a vida interna de grupos guerrilheiros em luta contra a Ditadura Militar, com as prisões, a tortura, as fugas e ações espetaculares, o exílio e a fragmentação política dos grupos de extrema-esquerda. Eder conseguiu algo raro, distanciar-se de um depoente muito amigo e próximo e fazer em sua dissertação um balanço mais justo e equilibrado de uma trajetória política.

Flávia Paula Darossi foi minha orientanda de iniciação científica, de graduação, mestrado e atualmente doutoranda. Sua dissertação de mestrado tratou de um estudo muito importante sobre a política de terras do Império, particularmente sobre a aplicação de Lei de Terras de 1850 em Santa Catarina. Ao contrário do que a historiografia nacional sempre considerou como o produto centralista do projeto *saquarema*, Flávia demonstrou que a aplicação dos dispositivos desta lei contou com grande margem de interpretação de forças políticas e sociais locais, representadas pelos camaristas, juízes comissários e demais operadores de leis, registros e direitos. Apesar do notório consenso das vantagens desta legislação para os grandes proprietários (ou de seu desrespeito olímpico argumentado como “veto dos Barões”) novos estudos têm demonstrado a importância da

crescente formalização da propriedade fundiária. Essa busca pelos pobres também teve abrigo da legislação e de órgãos de Estado, quando Flávia demonstra que uma camada razoável de posseiros a legitimar suas terras eram homens e mulheres analfabetos, negros e de poucos recursos. Sua pesquisa de doutorado recuou ao período anterior à 1850, encontrando práticas e procedimentos que continuaram vigorando na segunda metade do século XIX. Em certa medida, havia uma autonomização das práticas do direito, nem sempre balizado pela legislação ordinária, mas frequentemente reproduzindo ritos e procedimentos do Antigo Regime, com vários aspectos das Ordenações Filipinas ainda sendo praticados por autoridades locais.

Bruno Mandelli foi meu orientando de graduação (onde estudou a formação da Colônia de Blumenau) e de mestrado, quando pesquisou processos de acidentes de trabalho entre mineiros de Criciúma (entre os anos 1943-1950). Nesta investigação Bruno teve acesso a centenas de processos judiciais que (ao contrário das questões trabalhistas) corriam na Comarca da justiça comum. Ao longo das análises dos processos há vários momentos muito felizes da pesquisa, pois Bruno consegue reconstruir o cotidiano do trabalho dos mineiros, a relação dos operários com seus auxiliares subcontratados, a situação das escolheiras que trabalhavam fora das minas, a tensão entre os acidentes, as lesões corporais graves e a luta pela sobrevivência em meio à pobreza. Especial momento de análise do discurso médico sobre fadigas e acidentes, e do debate entre profissionais com diferentes compromissos (um médico comunista e outro contratado por empregadores) completam uma pesquisa que recupera aspectos importantes da história da formação da classe trabalhadora no sul do Brasil.

Marcos Alberto Rambo é meu mais recente orientando de mestrado. Sua pesquisa se concentrou no estudo dos trabalhadores rurais de Lages e região e seus conflitos com empregadores através do estudo de processos da Justiça do Trabalho, durante a Ditadura Militar. Marcos apresenta as atividades agropastoris do planalto e suas transformações produtivas, mostrando a expulsão de moradores e agregados, o assalariamento de boias-frias para a formação de lavouras e as relações de trabalho com o setor de madeira e celulose, que cresceu muito, inclusive com subsídio do Estado. A pesquisa mostra os regimes de subcontratação para empreitadas, o emprego de “gatos” e demais intermediários e as formas de terceirização usadas para fuga de determinadas obrigações dos verdadeiros patrões. A análise cuidadosa de depoimentos, entrevistas e documentos judiciais produziu uma dissertação que recuperou as condições de vida, trabalho e luta daqueles trabalhadores rurais.

As supervisões de pós-doutorado foram oportunidades importante para receber na UFSC profissionais muito qualificados, intensificar troca de informações e de experiências de pesquisa e firmar parcerias mais a longo prazo.

Em 2012 tive a honra de receber o Professor Doutor Paulo Zarth, da UNIJUÍ em estágio em nosso Programa de Pós-Graduação. Sua interlocução com estudantes e com nossa Linha de Pesquisa foi muito frutífera. Particularmente para minha pesquisa sobre a política de terras no Planalto meridional aprendi muito com o trabalho experiente, a familiaridade com as fontes e as dificuldades com o estudo do campesinato. Zarth contribuiu muito com leituras de textos e participação em bancas de defesa e qualificação de nossos estudantes.

A Doutora Larissa Jancheta Riberti foi selecionada pelo Programa de Pós-Graduação em História para receber bolsa de estágio pós-doutoral e ficou sob minha supervisão até sua contratação pela UFRN. Larissa ministrou palestras e seminários sobre a insurgência política no México, a partir de 1968. Também organizou eventos para debater a greve dos Caminhoneiros, movimento social que ela acompanha há alguns anos.

Em 2019 recebi a Professora Doutora Márcia Janete Espig, da UFPEL, que estagiou em nosso Programa de Pós. Márcia já era integrante e cofundadora de nosso Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado, sendo uma colega com frequente interlocução e muitos trabalhos, eventos e publicações realizados em comum. Aqui na UFSC Márcia apresentou seminários para estudantes de Pós, palestras para a graduação e realizou pesquisa documental sobre um ponto ainda não devidamente estudado da Guerra do Contestado, o combate do Rio das Antas, de 1º. de novembro de 1914. Este combate é um ponto de inflexão no movimento do Contestado, pois é marcado pela morte do chefe rebelde Chiquinho Alonso, o fim da fase de expansão rebelde e o início da chefia de Adeodato Ramos, o que levou a profundas mudanças no movimento sertanejo.

No segundo semestre de 2019 e durante o atual semestre recebi como estagiário de pós-doutorado o Professor Luiz Carlos da Silva, de Curitiba. Luiz Carlos fez um projeto de pesquisa sobre o acervo do fotógrafo Luís Suíter, um imigrante alemão que trabalhou muitos anos em Curitiba e Canoinhas e formou um acervo fotográfico que é guardado pela Fundação Catarinense de Cultura. Seu estágio ainda está em andamento e, logo que as condições permitirem, Luiz Carlos ministrará uma aula sobre fotografia do Contestado para uma turma de Tópico Especial sobre a Guerra Sertaneja do Contestado, onde leciono neste semestre.

Desde novembro de 2019 recebi como estagiário o Prof. Dr. Lemuel Rodrigues da Silva, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Lemuel é um estudioso do movimento de Caldeirão (movimento sócio-religioso liderado pelo Beato Lourenço) no Ceará. Para o estágio na UFSC, Lemuel elaborou um projeto de estudo comparativo entre as memórias dos sobreviventes do Caldeirão e do Contestado. A interlocução com Lemuel ainda está no começo, mas já demonstrou ser muito frutífera e estrategicamente importante para nosso Grupo de Pesquisa, pois pretendemos em próximos eventos promover estudos comparativos entre diferentes movimentos sociais de natureza messiânica no Brasil, como o Caldeirão, Canudos, Pau de Colher, Santa Dica e outros.

Atualmente, oriento 3 mestrados, 4 doutorandos, 2 supervisões de pós-doutorado, 1 de bolsista de iniciação científica e 3 monografias de Conclusão de Curso.

Mais detalhes em meu currículo da plataforma Lattes, onde constam os nomes, as datas e os títulos dos trabalhos orientados, inclusive dos orientandos de monografia de conclusão de graduação. (<http://lattes.cnpq.br/5273589105719950>). Nos anexos a este Memorial seguem as declarações de bancas de defesa e qualificação de meus orientandos.

Atividades de Pesquisa:

A primeira atividade sistemática de pesquisa foi a que resultou na dissertação de mestrado, intitulada “Colonizar para atrair: a montagem da estrutura de colonização imperial no Rio Grande do Sul (1845-1880).” A dissertação traz uma avaliação do processo de imigração e colonização dirigido pela Província e a paulatina encampação da direção e administração desta atividade pelo Governo Imperial no início da década de 1870. A Província do Rio Grande do Sul tinha suas especificidades, por ser uma região de fronteira e pela necessidade de ocupação e regularização dos caminhos ao norte da Província que a ligava ao Império.

Pesquisei no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (onde consultei mapas, minutas, telegramas e relatórios de Diretores de Colônias), no Centro de Pesquisa e Documentação da FISC (onde consultei em rolos de microfimes os Relatórios e Fallas de Presidentes de Província) no Arquivo Público de Santa Catarina (onde identifiquei semelhantes problemas e conflitos, nas circulares dos Ministros da Agricultura), na Coleção Especial de Sérgio Buarque de Holanda (na Biblioteca Central da UNICAMP, onde há obras de cronistas e políticos do século XIX). Uma coleção publicada de memórias e correspondências de imigrantes, organizada pela Editora EST (dos Franciscanos São Lourenço de Brindes), forneceu um material importante para se avaliar o risco calculado, as incertezas e os projetos dos colonos, muito diferentes do discurso auto indulgente dominante na historiografia da imigração.

O argumento principal da dissertação centra-se na importância da formação desta camada social de pequenos proprietários nas Províncias ao sul do Império para a atração da grande corrente imigratória, algo que só se realizou na década de 1880. É evidente que não há uma só razão para o estabelecimento das colônias com imigrantes europeus. Elas respondem a necessidades de mercados locais e nacionais para o abastecimento de víveres e a demanda das forças armadas pelo recrutamento militar. Ao longo da década de 1870, além de implementar o Regulamento das Colônias do Estado, a contratação de serviços de propaganda e viagem transoceânica subsidiadas, o governo criou um processo crescente de investimento que ultrapassou a 10% do orçamento do Império aplicados para o assentamento de imigrantes em pequenas propriedades, apenas para as colônias do sul.

Pensar as políticas de imigração e colonização como políticas de Estado, significou enfrentar uma historiografia da imigração de corte étnico e auto laudatório, que frequentemente reproduz os discursos da elite governante do século XIX, desqualificando

os trabalhadores nacionais, os indígenas e negros, e impondo uma narrativa de dificuldades\travessia\desafio\trabalho e heroísmo. O trabalho sobre correspondência de imigrantes, além da pesquisa nas *Atti della Giunta Per la Inchiesta Agraria* (uma investigação do Senado italiano sobre a crise no campo e a grande emigração no final da década de 1870, documentação disponível no Arquivo Edgard Leuenroth, na UNICAMP) permitiu recuperar dúvidas, riscos e indeterminações vividas por aqueles sujeitos que correram o risco calculado de migrar para o Brasil, com todos os problemas e dificuldades que já conheciam do país anfitrião.

Em Santa Catarina, meu primeiro projeto foi de estudo do êxodo rural e condição de vida das populações da periferia de Lages. Nos anos de 1994 e 1995 formamos um grupo de pesquisa amplo com a participação dos professores Henrique Luís Pereira Oliveira, Élio Cantalício Serpa, Alexis Acauan Borloz e eu. Participaram também quatro alunos da graduação: Ricardo Pinho, Vanderlei Secco, Helena Alpini Rosa e Evandro Bernardi. Além da pesquisa documental, realizamos viagem de estudos a Lages e região que resultou na edição do vídeo “Vida Laboriada” (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=R5h61mRoaTc>), sendo o primeiro trabalho do Laboratório de Imagem e Som (LAPIS) do Departamento de História. Este vídeo, que privilegiou o relato de trabalhadores e trabalhadoras da periferia urbana e da zona rural do planalto, foi um dos trabalhos mais importantes que realizei em toda a vida. A experiência de viagem e pesquisa com os colegas e estudantes, além do resultado a que chegamos, dirigiu o meu olhar ao planalto serrano catarinense e foi a porta de entrada para a minha pesquisa de doutorado.

Em 1997 iniciei o curso de Doutorado em História na UNICAMP, tendo afastamento por quatro anos das atividades de docência do Departamento. O projeto de pesquisa partiu de um balanço da literatura especializada sobre o tema e da lacuna existente sobre o estudo das origens sociais e geográficas das lideranças sertanejas no movimento do Contestado. Os créditos do curso foram realizados durante o primeiro ano. Já desde o primeiro ano de curso fiz três viagens ao planalto para fazer os primeiros contatos de pesquisa, quando me encontrei com o saudoso amigo Vicente Telles, de Irani e o Professor Delmir José Valentini, então na Universidade do Contestado, Campus Caçador.

Ao longo do curso tive a atenciosa orientação do Prof. Cláudio Batalha, além de um acompanhamento do Prof. Michael McDonald Hall, que forneceu muito material de

leitura. Na mesma época, tive ajuda inestimável de Ivone Gallo, que me passou uma série de documentos de sua pesquisa na região do Contestado, no final dos anos 1980.

Por doze vezes viajei para a região do Contestado, realizando pesquisa documental e entrevistas nos municípios de Lages, São José do Cerrito, Campos Novos, Curitiba, São Cristóvão, Santa Cecília do Rio Correntes, Lebon Régis, Caçador, Irani, Arroio Trinta, Palmas, União da Vitória, Porto União, Irineópolis, Canoinhas, Rio Negro, Três Barras, Mafra, Monte Carlo, Major Vieira. Nestas cidades tive a felicidade por ser muito bem recebido por remanescentes da população sertaneja que participou das “Cidades Santas” de Taquaruçu, Caraguatá, Bom Sossego, Caçador Grande, Santa Maria, São Pedro, São Miguel, Campina dos Buenos e Pedra Branca. A cortesia e paciência com que fui recebido por estes sobreviventes da grande tragédia é uma lembrança que guardo com muito carinho. Os sertanejos deram relatos fortes e significativos sobre suas experiências e vivências. Especial destaque dou às entrevistas de João Ventura, Elias Ribeiro, Antônio Fabrício das Neves, Raulino Correa e Rosalina Watrin. Essas pessoas me receberam mais de uma vez e se interessaram em indicar depoimentos de outros moradores. Entrevistar pessoas da classe trabalhadora do mundo rural equivale a quase fazer parte de suas famílias. A forma hospitaleira como usualmente fui recebido, com um café, um chimarrão, bolos, doces, abrindo suas casas e suas almas, só aumentou a responsabilidade que senti sobre o emprego e a guarda destas falas.

Nesta caminhada, sou especialmente grato a alguns contatos-chave, pesquisadores regionais experientes e muito generosos em indicar pistas e rumos de trabalho. Especial atenção tive do Prof. Fernando Tokarski, de Canoinhas, do topógrafo e folclorista Euclides Felipe (o “*nosso* Euclides” do Contestado) e dos saudosos Danilo de Castro (Lages) e Vicente Telles (Irani). Euclides Felipe me passou seu livro de décimas e mostrou as Cadernetas de Campo, de trabalho topográfico, que usou para registrar a memória de sertanejos do planalto por mais de 40 anos de atividades. Vicente foi um verdadeiro amigo e agia como se fosse meu pai. Por algumas vezes recebeu meus alunos com muita dedicação. Sua gaita que tocava a marcha da locomotiva, o “choro das velhas”, sabia traduzir o sofrimento sertanejo em poesia. Seu falecimento causou muito impacto para o Irani e toda a memória do Contestado.

Documentos foram pesquisados nos acervos de Curitiba (Departamento do Arquivo Público do Paraná), Porto Alegre (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e Museu de Comunicação Social Hypólito José da Costa) e Rio de Janeiro (Arquivo Nacional, Arquivo Histórico do Exército, Biblioteca Nacional, Arquivo do CPDOC da

FGV) além dos arquivos de Florianópolis (Arquivo Público do Estado, Arquivo do Museu do Judiciário, Biblioteca Pública do Estado e Arquivo da Polícia Militar de SC).

Entre os resultados da pesquisa de doutorado foi possível avaliar a vida política conflitiva em Curitiba antes da guerra; reavaliar do papel e da força do Coronelismo neste território; constatar a ausência dos “trabalhadores de fora, do nordeste” na construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande; conhecer as regiões de maior impacto das empresas norte-americanas; assim como, a relevância da tradição federalista dentro do movimento do Contestado e no passado das lideranças; analisar os diferentes conflitos políticos e agrários locais que potencializaram o crescimento da guerra; identificar os momentos e passos tomados na invenção e construção do projeto rebelde; expor a expansão rebelde generalizada e as transformações do projeto sertanejo; estudar a vida social dentro dos redutos, a economia “pelada” e o “comunismo caboclo”; e, uma avaliação mais cuidadosa da polêmica trajetória do último chefe caboclo, Adeodato Manuel Ramos, que resultou num debate entre história e memória.

Após a conclusão do doutorado minha pesquisa foi, cada vez mais, recuando cronologicamente na investigação sobre a história do planalto meridional brasileiro. O primeiro projeto foi de estudo do federalismo nos municípios de Lages, Campos Novos e Curitiba. A investigação levou a acervos jornalísticos, textos de memorialistas e busca de trajetórias individuais de políticos serranos.

Ao longo da pesquisa sobre o Federalismo no planalto me integrei ao grupo do Laboratório de Estudos de História Ambiental, Migrações e Imigração, coordenado pelos professores João Klug e Eunice Sueli Nodari, que estavam trabalhando para o resgate da memória e da história do vale do Rio Canoas. A pesquisa foi parte do EIA-RIMA para a construção da Barragem da Usina Hidrelétrica de Campos Novos (ENERCAM). Foi um trabalho em equipe muito importante, pois viajamos com 6 bolsistas estudantes e entrevistamos habitantes de quatro comunidades dos Municípios de Campos Novos, São José do Cerrito, Abdon Batista e Campo Belo que seriam transferidas e reassentadas em outra localidade, devido à formação do lago da barragem. Tratava-se majoritariamente de uma população nacional, cabocla, onde havia alguns descendentes do Contestado e do movimento do Canudinho de Lages (1897) que pesquisei depois de concluir o projeto sobre o Federalismo.

A pesquisa sobre o movimento do Canudinho de Lages foi um esforço de acesso a fontes muito frustrante. A correspondência dos Municípios de Lages e Campos Novos com o governo do Estado, bem como o Inquérito Policial, citado pela imprensa lageana,

não estavam disponíveis nos arquivos públicos. Como houve a participação de tropa rio-grandense na repressão do movimento, tive mais sorte nos arquivos de Porto Alegre. No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, no Arquivo Moysés Velinho, na Biblioteca da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, na Biblioteca Pública do Estado e no arquivo do Jornal Correio do Povo, obtive mais informações sobre as preocupações das autoridades rio-grandenses. O movimento sertanejo teve início em agosto de 1897, com uma concentração de pobres e doentes em torno de um curandeiro, chamado Dom Miguelito, que apareceu na localidade de Entre Rios, no oeste do então município de Lages, Distrito de Nossa Senhora do Patrocínio dos Baguais, também chamada a região de Fundos de Campo Belo ou Fundos dos Baguais. A denominação de Entre Rios representava o curso paralelo tomado pelos rios Pelotas e Canoas, antes de unirem-se para formar o rio Uruguai. Na margem catarinense do rio Pelotas, a partir de um engenho de cana de um comerciante local, Francelino Subtil de Oliveira, formou-se uma concentração de pobres e doentes em busca de cura de Dom Miguelito, que se apresentava como “irmão” do monge João Maria. Em duas semanas formou-se um pequeno povoado com 70 casas e mais de 400 habitantes. Correu a notícia que entre os moradores havia grupos de *maragatos*. Esta notícia provocou uma primeira expedição de forças policiais de Campos Novos, que foi recebida à bala na entrada da cidadela.

Moradores que viveram no povoado de Entre Rios, que a imprensa de Lages passou a chamar de “Canudinho” fazendo referência à cidade baiana comandada por Antônio Conselheiro e clamando pela intervenção das forças policiais, relatam que na cidadela aconteciam práticas ligadas ao culto de uma santa, que era vista como “presa” dentro de uma formação rochosa. Os devotos acreditavam que com penitências e rezas deveriam “libertar” a santa antes do ano 1900. O Fundo Aurélio Bitencourt, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul foi o acervo que ofereceu mais informações sobre o envolvimento do Governo de Júlio de Castilhos, Presidente do Rio Grande do Sul, na repressão coordenada com o Governo Catarinense ao “Canudinho”.

O governante rio-grandense se sentia isolado no quadro político nacional. Depois de ter vencido uma longa guerra contra os federalistas em 1895, encontrava-se sem o respaldo nacional de Floriano Peixoto e com a simpatia do Presidente Prudente de Moraes aos seus adversários federalistas. O deslocamento de unidades do exército que guarneciam a fronteira uruguaia (para combater Canudos, na Bahia), criou uma situação de fragilidade. Em 1897 preocupavam as autoridades republicanas do Rio Grande do Sul a mudança abrupta na política uruguaia. Os Colorados voltaram ao poder, desta vez com

o apoio dos exilados federalistas rio-grandenses. Então, Júlio de Castilhos esperava por uma nova incursão *maragata* na fronteira uruguaia (contando com a colaboração do novo governo) e se em Lages as notícias demonstravam a presença de maragatos entre os devotos de Dom Miguel, o Rio Grande poderia ficar entre dois fogos, o que ajudaria a viabilizar uma intervenção federal de Prudente de Moraes.

Esta pesquisa foi importante para entender a inserção de um movimento social em diferentes escalas (local, regional, nacional e internacional), além de identificar uma união da tradição cultural do monge João Maria (mesmo não sendo ele ali presente) com a tradição política do federalismo.

A partir de 2007 comecei um projeto de maior fôlego, sobre a política de terras no planalto catarinense no período que precedeu ao conflito do Contestado, entre meados do século XIX e primeiras décadas do século XX. Desde então, esta pesquisa foi se desdobrando no estudo de aldeamentos e toldos indígenas tutelados pelo exército e por autoridades provinciais, da construção de estradas, da implantação de Colônias Militares e dos processos de concessão de terras e legitimação de posses.

O período de estágio pós-doutoral na UFF, em 2010, possibilitou a digitalização de grande acervo de documentos do Ministério do Império (a partir de 1860, Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas), da Inspetoria Geral de Terras e Colonização, do Ministério da Guerra e do Conselho de Estado. São mais de 12 mil documentos distribuídos entre relatórios, telegramas, minutas ofícios e processos administrativos todos ligados à ocupação do planalto meridional durante a segunda metade do século XIX que foram digitalizados. Todo este material se encontra disponível no acervo do Laboratório de História Social da Cultura e do Trabalho, espaço que divido com colegas da Linha de Pesquisa História Global do Trabalho e tem servido como fonte para trabalhos de bolsistas de iniciação científica, monografias de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado de meus orientandos e outros alunos.

A partir deste projeto de estudo da política de terras, recebo desde março de 2011, Bolsa de Produtividade de Pesquisa II do CNPQ (com o projeto intitulado “A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano”), sendo este benefício renovado em 2013 (para o período de 2014 a 2017, com o projeto intitulado “Fronteira, colonização e construção do território: o apossamento do planalto meridional brasileiro”), em 2016 (para o período de 2017 a 2020, com o projeto intitulado “Ocupação de fronteiras e consolidação do território: aspectos políticos e sociais do apossamento do planalto meridional”) em 2019 ocorreu a mais recente renovação (para o período de 2020

a 2023, com o projeto intitulado “Sitiantes e ervateiros no planalto meridional brasileiro: vida, acesso à terra, mobilidade e conflitos”). Boa parte de minhas publicações mais recentes, além das orientações concluídas e em andamento, são desdobramentos destes projetos.

Atualmente coordeno o Projeto “Consolidação do Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado” aprovado em EDITAL n. 04 da FAPESC\CNPq em 2019, dentro do Pronem (Programa de Estímulo a Grupos de Pesquisa) com prazo de 24 meses, envolvendo a UFSC, UDESC, UnC, UFFS e Institutos Federais, com financiamento de bolsas para mestrandos, recursos para eventos e publicações e aquisição de equipamentos para Laboratórios de Pesquisa. O projeto conta com o recurso financeiro de R\$ 270.000,00.

Grupos de Pesquisa:

A partir de 2002 comecei a integrar o Grupo de Pesquisa do **Laboratório de História Social da Cultura e do Trabalho**, grupo cadastrado nos Diretórios dos Grupos de Pesquisa do CNPq, liderado pela professora Beatriz Mamigonian. O Laboratório possui um espaço físico de 38 m² e aos poucos foi equipado por aquisições de projetos dos professores participantes: uma mesa central de 12 lugares para seminários e reuniões, uma bancada de computadores, uma leitora de microfimes, uma impressora e biblioteca. É espaço de uso cotidiano de estudantes bolsistas da graduação e pós-graduandos, além de local de seminários e reuniões da Linha de Pesquisa.

Em 2011, oficializei junto ao Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq a criação do **Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado (GIMC)**, que venho liderando desde então. Este grupo na prática já existia desde 2006, quando começamos a organizar o livro “A Guerra Santa Revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado” organizado por Márcia Espig e por mim, com a participação de vários autores (como Rogério Rosa Rodrigues, Alexandre Assis Tomporoski, Delmir José Valentini) que são atualmente parte da coordenação do GIMC. De 2012 para cá organizamos vários Seminários, Simpósios Nacionais, Jornadas e mesas em eventos acadêmicos, todos documentados no blog do Grupo que pode ser acessado no link: <http://simpsiocentenriocontestado1912-2012.blogspot.com/>

Ao longo dos últimos anos, o GIMC também organizou e publicou coletâneas e dossiês de artigos em periódicos, participou na produção de audiovisuais e filmes documentários e tem projeto comum de novas publicações. Parte da atividade do Grupo também é comunitária, com participação na preservação e defesa do Patrimônio Histórico do Contestado, bem como na defesa de políticas sociais de reparação às populações remanescentes do Contestado, conforme ficou evidente na Carta do Irani (2012), no debate sobre a instalação e conteúdo da placa da polícia paranaense no Sítio Histórico do Irani (2017) e no apoio ao movimento de entidades contra o fim da denominação do território turístico do “Vale do Contestado” (em 2019, agora transformado em “Vale do Imigrante”). As intervenções públicas do GIMC nos tem aproximado de entidades populares importantes do Contestado, como a Associação Cabocla de Timbó Grande, a Associação Paulo Freire de Educação Popular (Fraiburgo), a Ação Social do Contestado – Trombudo do Contestado (Lebon Régis), a Pastoral da Juventude Rural-SC, todas integrantes do Fórum em defesa da Civilização e da Cultura Cabocla.

A partir de 2009 passei a integrar o Grupo de Pesquisa do **Núcleo de História Rural da UFF**, liderado pela Profa. Márcia Maria Menendes Motta. Este Grupo tem promovido muitos Simpósios Temáticos em reuniões regionais e nacionais da ANPUH, onde eu e meus orientandos mantemos interlocução com pesquisadores do mundo agrário do restante do país e da península ibérica. Um desdobramento importante das atividades deste Grupo foi a criação do INCT – Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia PROPRIETAS, que é uma rede internacional de pesquisadores sobre a propriedade, também sob a coordenação da Profa. Márcia Motta.

O PET-História:

O PET-História (Programa de Ensino Tutorial) da UFSC havia sido criado em 1994 dentro da lógica de preparar alunos da graduação para estudos especializados, uma espécie de preparação para a Pós-Graduação, como era explicitamente previsto pela CAPES. Mas desde o final da década de 1990, quando a CAPES abandonou este programa, houve um período de verdadeiro abandono institucional. Os PETs continuaram existindo subordinados à SESU (Secretaria de Ensino Superior, do MEC) no entanto não havia bolsa para estudantes e tutores, tampouco verbas de bancada para custear suas atividades.

Quando assumi a tutoria em 2002 a bolsa dos estudantes tinha sido restabelecida, o que garantiu uma crescente estabilidade e uma intensificação das atividades do Grupo de 12 bolsistas e 2 agregados que integravam o PET-História. Os objetivos dos PETs também tinham mudado. Não se tratava mais de formação de uma “elite” para a pós-graduação, mas sim de um grupo de estudantes que planejariam e desenvolveriam atividades de ensino, pesquisa e extensão, tanto em relação ao seu próprio curso de graduação, como em relação à comunidade externa.

Além dos projetos individuais dos estudantes, tínhamos uma rotina semanal de seminários de debate de textos e livros de autores clássicos e modernos, de recepção de visitantes que vinham para bancas na pós-graduação e eram aproveitados para palestras ou seminários para os petianos, com atividades sempre abertas e divulgadas para o conjunto da graduação. Como o grupo de bolsistas era responsável pelo planejamento e execução das atividades, cabia ao Tutor uma supervisão coordenada destas atividades, o que exigia uma capacidade de tato, diálogo e certa liderança que era muito difícil em determinadas situações. Mas tive a felicidade de contar com um grupo muito responsável de estudantes, com grande capacidade de iniciativa, esforço e desprendimento, que tornou este processo muito rico para todos os que participaram. O volume de trabalho exigido foi muito além das 10h semanais de atividade de Tutoria que ficava registrada em meu PAD (o plano de trabalho semestral), mas foi uma das atividades mais gratificantes de toda a minha vida profissional.

Com o Grupo PET promovemos algumas viagens de estudos para o interior de Santa Catarina e para os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Um periódico de pequenos textos elaborados e debatidos pelos alunos foi publicado periodicamente (1 número por semestre). Além disso, os petianos tinham horários disponíveis ao atendimento de consultas dos alunos de graduação. Em 2004 passamos a receber uma

pequena verba de bancada, o que viabilizou o início da formação de uma biblioteca própria do PET, que ampliou seu espaço com a ocupação de uma sala anexa. Como atividade de extensão permanente, o PET-História participou do projeto de alfabetização, recreação e reforço escolar junto à associação de moradores do Morro da Penitenciária, um bairro popular próximo ao Campus da UFSC. Ali, nossos bolsistas realizaram atividades de reforço escolar nos contraturnos escolares, para que as crianças do morro não ficassem sem atividade nas ruas (já que a escola local só funcionava num turno).

Atividades de Extensão:

Grande parte de minhas atividades de extensão foram palestras para escolas e comunidades de municípios da região do Contestado. Desde que defendi minha tese de Doutorado, em 2001, ministrei palestras em Irani, Chapecó, Caçador, Joaçaba, Videira, União da Vitória, Curitiba, Lages, Timbó Grande, Lebon Régis, Campos Novos, Pinhalzinho, Canoinhas, Irineópolis, Mafra e Porto União.

Como projetos de maior fôlego de extensão participei do PROLICEN 1993/94, que resultou no já mencionado vídeo “Vida Laboriada” (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=R5h61mRoATc>); no projeto do PET-História de reforço de estudos na Comunidade do Morro da Penitenciária, de Florianópolis; e, no projeto de recuperação da Memória das Comunidades atingidas pela Barragem da Usina Hidrelétrica Campos Novos, no rio Canoas (projeto de pesquisa e extensão).

Na área do audiovisual contribuí com depoimentos para os filmes documentários e entrevistas em TVs abertas ou da rede mundial de computadores. Em 2004 concedi entrevista no Programa Jô Soares Onze e Meia (sendo a 1ª. parte disponível em https://www.youtube.com/watch?v=bvxdPoN54KA&feature=youtube_gdata e a segunda parte em <https://www.youtube.com/watch?v=FS9J0geMRqs&t=36s>). Em 2005, foi Produzido pelo PET-História junto com o LAPIS (Laboratório de Pesquisa em Imagem e Som da UFSC) foi realizado o vídeo-entrevista “A Guerra Sertaneja do Contestado” (disponível em <https://vimeo.com/41770281>). Em 2012, “Contestado: A Guerra Desconhecida” da TV Brasil (Programa “Caminhos da Reportagem”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=vzOCG6i4i44>). Em 2013, “Contestado: Restos Mortais”, dirigido por Sylvio Back (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=mlQuAnGmJoA>). Em 2014, “Terra Cabocla”, dirigido por Márcia Paraíso (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5n6kplSnks4&t=3109s>). Em 2016, foi produzido pela Agência do Senado Federal um vídeo e uma matéria sobre o centenário do final da Guerra do Contestado (disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2016/07/esquecida-pela-historia-guerra-do-contestado-terminou-ha-100-anos>). Em 2018, participei do documentário sobre as andanças do monge João Maria, denominado “A Maravilha do Século”, também dirigido por Márcia Paraíso (ainda não aberto ao público da web, com trailer em <https://www.youtube.com/watch?v=44R9FREmzhQ>).

Em anexo a este memorial segue uma listagem trabalhos apresentados em comunicações, palestras, conferências, participação em mesas de debates, simpósios, encontros e congressos. Também segue em anexo a organização e coordenação de eventos científicos e educacionais, bem como de pareceres oferecidos à Editoras e periódicos acadêmicos.

Atividades Administrativas:

Ao longo de minha trajetória profissional fui eleito por pares e pela comunidade acadêmica para exercer atividades administrativas, sendo representante em órgãos colegiados (Conselho de Unidade e Conselho Universitário), Coordenador de Curso, Chefe de Departamento e Diretor de Unidade.

Em janeiro de 1987 fui eleito Coordenador dos Cursos de Férias das FISC, em Santa Cruz do Sul, assumindo a responsabilidade de coordenar o funcionamento de 7 cursos de graduação oferecidos em regime intensivo de férias, orientados para professores das redes municipais do interior do Rio Grande do Sul. Os cursos de Férias contavam com o trabalho de mais de 200 professores e reuniam aproximadamente 4 mil alunos. Exerci esta função até meados de 1987, quando saí da FISC e ingressei na UFSC, em Florianópolis.

Na UFSC, entre dezembro de 1987 e abril de 1992 fui representante dos professores no Colegiado de Curso de Graduação em História. Durante este período elaboramos e implantamos uma reforma curricular (Currículo do Bacharelado e Licenciatura em História de 1991). O novo currículo uniu as habilitações do Bacharelado e Licenciatura em uma única formação, seguindo a concepção de que o historiador necessita ter, ao mesmo tempo, as qualificações de um pesquisador e de um professor. Foi também criado o curso noturno, com igual grade curricular.

Entre 1994 e 1997 assumi a Chefia do Departamento de História. Durante este período nosso Departamento colocou em prática uma política de capacitação docente que levou à formação de doutorado 10 novos professores. Foi uma medida emergencial pois, que entre 1991 e 1993, mais de 15 professores gozaram do direito de se aposentar. Naquele momento havia apenas 3 professores credenciados em nosso Programa de Pós-Graduação, então foi necessário um esforço grande de todo o Colegiado, com professores lecionando 3 a 4 disciplinas, para cobrir a carga horária dos que se afastavam durante este período. Importante lembrar que naquela época era muito difícil contar com professores substitutos e o estágio de estudantes de pós-graduação ainda não era regulamentado. Ao longo dos anos 1990 esta política de qualificação levou ao doutorado quase todos os professores do Departamento, dando segurança e um novo alento ao Programa de Pós-Graduação, existente desde 1976.

Entre dezembro de 2001 e março de 2003 exerci a função de Subchefe do Departamento de História e Presidente do Colegiado de Curso de História (o que equivalia

ao que hoje é denominado Coordenador do Curso de Graduação). Este período de coordenação foi interrompido em início de 2003, quando assumi a Tutoria do PET.

Entre 2005 e 2009 (um mandato 2005 a 2007 e outro de 2007 a 2009) fui eleito e exerci a representação dos professores do Centro de Filosofia e Ciências Humanas junto ao Conselho Universitário da UFSC. A experiência de um Conselho Superior é algo importante na trajetória profissional, pois ali compreendemos os limites institucionais e as dificuldades materiais de nossa atuação. O Conselho foi também importante *locus* de debate político de projetos de Universidade e sua relação com a sociedade. Estive novamente neste conselho na condição de Diretor de Centro, entre 2012 e 2016.

Durante o ano de 2009 integrei o Conselho Editorial da Editora da UFSC. Este órgão é responsável pela política editorial, por distribuir textos para pareceristas, dar pareceres e debatê-los dentro dos escopos das coleções existentes e da política editorial mais ampla. Foi um trabalho muito intenso, que deveria continuar em 2010, mas saí do Conselho para afastar-me para o pós-doutorado.

Entre 2011 e 2012 exerci novamente a função de Coordenador de Curso de Graduação. Durante este período fui representante do CFH na Câmara de Ensino. Foi uma experiência importante, pois permitiu refletir e aprender sobre a administração escolar, a regularidade dos concursos e as reformas curriculares, que eram temas mais pautados na Câmara.

Em 2012 fui eleito para o cargo de Diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC (CFH), com um mandato de 4 anos, tendo como Vice-Diretora a Professora Sônia Weidner Maluf. Aceitamos o desafio de administrar uma Unidade Universitária que possui 10 cursos de Graduação, 8 Programas de Pós-Graduação, com um total de 250 professores e 3.700 estudantes.

Foi um período de atividade intensa, às vezes muito difícil, no qual procuramos dar os melhores encaminhamentos para os problemas que apareceram ao longo da jornada, mas também em lançar algumas bases e projetos para o futuro próximo.

Fizemos todo o esforço e agimos com os recursos ao nosso alcance para a consolidação dos cursos novos de Graduação (Museologia, Antropologia, Geologia, Oceanografia e Licenciatura Indígena) e Pós (Oceanografia). A viabilização das condições fundamentais levantadas pelos avaliadores do INEP, com a disposição do Centro em auxiliar o esforço dos Cursos proporcionou um reconhecimento e boa avaliação para todos os cursos novos, apesar de nossas limitações.

Procuramos e insistimos nas reformas e ampliação do espaço físico do CFH. Resolvemos o sério risco representado pelo abaulamento da laje de teto da Sala de Leitura Saramago, com a reforma de parte do Bloco C. Os telhados dos blocos A, B, C e D foram restaurados e receberam novas mantas de isolamento. Os pisos de várias salas do bloco B (de aulas) foram reformados. Apesar das limitações da Prefeitura Universitária e dos problemas com empresas contratadas, intensificamos a manutenção da rede elétrica, dos aparelhos de ar condicionado e ampliamos a rede de Internet a cabo e por *wifi*. Ampliamos o bicicletário. Prestigiamos a coordenação da Comissão de espaço físico e a decisão do Conselho de Unidade sobre os critérios e meios de distribuição dos espaços que seriam abertos nos blocos antigos com as mudanças de várias secretarias, núcleos e laboratórios aos blocos novos, que seriam ocupados em breve pelo Centro, com a construção dos Blocos F e Anexo.

Criamos a Comissão do Bosque para revitalizá-lo e procuramos melhorar o entorno do Centro, retirando o estacionamento ilegal existente, plantando mudas nativas, promovendo mutirões de limpeza e integrando esse espaço ao projeto de Parque UFSC.

Diversificamos as atividades do Núcleo de Publicações – NUPPE, além da Revista de Ciências Humanas, cada vez mais conceituada e com recordes de acessos no Portal de Periódicos da UFSC, criando as coleções das Edições do Bosque, com 12 livros e um mapa geológico publicados.

Mantivemos forte atividade institucional em todos os órgãos colegiados. Priorizamos o Conselho de Unidade como instância máxima em nosso âmbito, aprovamos o novo Regimento do CFH, e estimulamos a todas as representações a manutenção de um diálogo constante entre as Câmaras e o Conselho Universitário e os colegiados do Centro. Foi através do Conselho de Unidade que implementamos o encaminhamento de debates e consulta em assembleia geral sobre Empresas Juniores.

No Conselho Universitário tivemos participação importante na discussão e definição das novas Resoluções sobre Concursos, Titulares de Carreira, Pesquisa, Viagens de Estudo, Extensão, Monitorias, ampliação das Ações Afirmativas e Regulamentação de Uso de Verbas de Descentralização. Em todos estes momentos defendemos a prevalência de critérios acadêmicos, a inclusão, a democratização e a impessoalidade. Nossa posição sempre era fortalecida por ser sustentada em exame, análise e debate anteriores destas minutas, realizadas pelo nosso Conselho de Unidade.

Desde o início da gestão procuramos uma aproximação e uma integração acadêmica com o MARquE, o nosso Museu de Arqueologia e Etnografia Oswaldo Rodrigues Cabral.

Depois de muito esforço do CFH e do próprio Museu, isso já é uma realidade consolidada. O Museu possui um plano museológico, um regimento e um órgão colegiado. As exposições voltaram a acontecer, a pesquisa arqueológica se intensificou e os cursos de graduação do CFH já participam em várias atividades envolvendo docentes e estudantes.

Também nos esforçamos, juntamente com a Comissão de implantação do Centro de Pesquisa e Documentação da UFSC, projeto aprovado por Edital da FINEP em 2009 para a viabilização, junto à administração central, dos recursos necessários para a realização das obras de seu futuro prédio, além da definição de um regimento, a sensibilização da UFSC para a importância desse projeto e o mapeamento dos acervos documentais existentes na Universidade.

Recebemos apoio firme e constante de toda a comunidade do Centro no episódio de violação da autonomia universitária, em 25 de março de 2014. Aquele episódio nos revelou o início do estado de abuso das forças do Ministério Público e da Polícia Federal, de linchamento por parte da imprensa, algo que foi ganhando sentido com o correr da conjuntura política nacional. Durante o ano de 2014 as forças policiais promoveram invasões em mais de 8 *campi* de diferentes Universidades Federais. A pretexto da realização de grandes eventos, como Olimpíadas e Copa do Mundo, havia uma excitação das polícias e forças da repressão, que pediam uma “Lei Antiterror” e outros instrumentos de cerceamento das liberdades constitucionais. Nem desconfiávamos que o episódio era parte de uma engrenagem maior, de violação da autonomia universitária e abuso crescente do aparato policial-jurídico e militar. O episódio ainda proporciona desgaste físico, financeiro e emocional em processo que ainda tramita na Justiça Federal.

Ao longo da gestão, procuramos uma relação direta com os técnico-administrativos, ouvindo suas necessidades e demandas e conciliando as necessidades do serviço com os perfis individuais e as preferências dos profissionais. O debate sobre a jornada de trabalho dos TAEs ficou inconcluso, pois se chocavam demandas do serviço público com interesses e ajustes anteriores com chefias locais.

Em relação aos estudantes, procuramos uma interlocução direta e horizontal, buscando atender às suas demandas, promovendo e apoiando as Semanas de Integração, as Semanas dos CAs, e abrindo um diálogo quando das grandes movimentações estudantis, tal como ocorreu com a ocupação do CFH em novembro 2016. O debate com o movimento estudantil foi importante para lembrar-nos que estamos numa Instituição que pulsa, composta por milhares de jovens que possuem suas linguagens e seus horizontes geracionais, que contribuem para a superação de antigas práticas e estruturas. São

verdadeiros sujeitos dinâmicos, que precisam ser compreendidos e considerados no âmbito da vida universitária.

Publicações:

As publicações são as seguintes: dezenove artigos publicados em periódicos, dois livros publicados com minha autoria exclusiva, três livros organizados com outros autores, três dossiês organizados para periódicos, vinte e dois capítulos de livros.

Entre os livros exclusivos destaco o que foi resultado de minha dissertação de mestrado, *A política de Colonização do Império*, publicado pela Editora da UFRGS, que teve uma primeira edição de 1000 exemplares, em 1999. Com o esgotamento desta edição, houve uma reimpressão de mais 500 exemplares em 2010. O livro *Lideranças do Contestado*, resultado de minha tese de doutorado, publicado pela Coleção Várias Histórias do CECULT, Editora da UNICAMP, foram impressos 2.000 exemplares em 2004. Em 2008, com o esgotamento da primeira edição, houve uma reimpressão de 1.000 exemplares e, com novo esgotamento em 2017, ocorreu uma segunda reimpressão de mais 300 exemplares. Desde 2018 a Editora da UNICAMP publicou uma versão eletrônica do livro, disponível no mercado.

Entre os artigos publicados em periódicos, gostaria de destacar “O conflito do Canudinho de Lages” publicado na *Revista de Sociologia*, da UNESP, pelo razoável ineditismo da pesquisa, em função das fontes localizadas no Rio Grande do Sul e do debate político macrorregional onde se inscreve o movimento, além da identificação de um momento importante de união da tradição política do Federalismo com a tradição cultural do monge João Maria. Publicado na Revista *Trajetos*, da Universidade Federal do Ceará, o artigo “Coronelismo sem enxada e sem voto”, realiza uma importante atualização do debate sobre o Coronelismo, num sentido do termo não muito considerado pela ciência política nacional. Além da importância política do Coronel, nos primeiros anos da República sua importância maior era o número em homens em armas que eles poderiam mobilizar, nem tanto o número de votos que possuíam. O artigo assenta o foco no estudo da clientela social dos Coronéis e no Coronelismo como parte de um sistema de dominação de classe. O artigo “Cercos, fome e epidemias” publicado na revista *Topoi*, do Rio de Janeiro analisa memórias sobre a fase final da Guerra do Contestado, quando as “Cidades Santas” viviam o cerco mais intenso promovido pela expedição do General Setembrino de Carvalho. Trata-se de um material de depoimentos ainda inédito, que não tinha sido usado em minha tese. O estudo sobre estas memórias recupera os momentos mais difíceis do conflito, demonstrando a desagregação dos laços comunitários e a intensificação dos conflitos políticos. O artigo “O Contestado na sala de aula” publicado

nos *Cadernos do CEOM* abre um debate sobre formas e meios de se introduzir conteúdos academicamente atualizados sobre o conflito do Contestado e se combater a visão ainda predominante do “fanatismo”, do “banditismo” e da “irracionalidade” dos movimentos sociais rurais.

Além destas publicações academicamente especializadas, queria destacar a importância de publicações para um público mais amplo, como no artigo “Tragédia anunciada” publicado em 2012 na *Revista de História da Biblioteca Nacional*, que era vendida em bancas de jornais por todo o país. Outro artigo que destaco pela grande difusão foi “Os caminhos da Guerra do Contestado”, publicado pela *Revista História Catarina*, periódico que é vendido em bancas de jornais e distribuído gratuitamente a mais de 800 escolas em Santa Catarina. Ambos os textos tratam de resumos atualizados sobre a Guerra do Contestado, adaptados ao público escolar mais amplo.

Atividades em Sociedades Científicas, Associações e Sindicatos:

Ao longo de minha atividade profissional exerci determinados cargos em direção de sociedades científicas, associações e sindicatos:

- Fui Tesoureiro-Geral da Associação dos Professores da UFSC (APUFSC) entre 1989 e 1991;
- Fui Tesoureiro do Núcleo Regional da ANPUH-SC, de 1990 a 1992;
- Fui membro do Conselho Fiscal da APUFSC de 1991 a 1993;
- Entre 1995 e 1998 fui diretor da Associação dos Moradores do Canto dos Araçás, Lagoa da Conceição, Florianópolis;
- Fui Diretor do ANDES-UFSC de maio de 2019 até maio de 2020;
- Sou associado a ANPUH-Brasil, Rede de Estudos Rurais, Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (ALASRU) e Sociedade Espanhola de História Agrária.